

TURISMO

E SUAS PERSPECTIVAS

Pesquisa,
Cultura,
Entretenimento
e Lazer



Flaviano Oliveira Fonsêca

**T
U
R
I
S
M
O**

**E SUAS
PERSPECTIVAS**

**Pesquisa,
Cultura,
Entretenimento
e Lazer**



Ministério da Educação

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Sergipe (IFS)**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Getúlio Marques Ferreira

Reitora do IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

TURISMO

E SUAS PERSPECTIVAS

Pesquisa,
Cultura,
Entretenimento
e Lazer



Flaviano Oliveira Fonsêca

Copyright© 2024 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe
Kelly Cristina Barbosa

Revisor
Fabiana Cavalcante dos Santos

**Projeto Gráfico da Capa
e Diagramação**
Emanuel Vitor de Melo Barbosa
Laura Beatriz de Jesus Passos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas do IFS

Fonsêca, Flaviano Oliveira.

F676t Turismo e suas perspectivas: pesquisa, cultura, entretenimento e lazer. [e-book]. / Flaviano Oliveira Fonsêca. – Aracaju: EDIFS, 2024.

99 p.; il.

ISBN: 978-85-9591-261-8

1. Turismo. 2. Pesquisa em turismo. 3. Cultura. I. Título.

CDU 338.482

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2024]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Rua Dom José Thomaz, 194 - São José, Aracaju - SE, 49015-090

TEL.: +55 (79) 3711-3146 E-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Aline Ferreira da Silva

Ciências Sociais Aplicadas

Diego Lopes Coriolano

Engenharias

João Batista Barbosa

Ciências Agrárias

Joelson Santos Nascimento

Ciências Humanas

Juliano Silva Lima

Ciências Biológicas

Junior Leal do Prado

Multidisciplinariedades

Manoela Falcon Gallotti

Linguística, Letras e Artes

Marco Aurélio Pereira Buzinaro

Ciências Exatas e da Terra

Suplentes

Herbet Alves de Oliveira

Engenharias

José Aprígio Carneiro Neto

Multidisciplinariedades

Márcio Santos Lima

Linguística, Letras e Artes

Simone Vilela Talma

Ciências Agrárias

Tiago Cordeiro de Oliveira

Ciências Exatas e da Terra

Wanusa Campos Centuriom

Ciências Sociais Aplicadas

Editoração

Editora-chefe

Kelly Cristina Barbosa

Coordenadoria Geral da Editora IFS

Daniel Amaro de Almeida

Coordenadoria de Editoração

Célia Aparecida Santos de Araújo

Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Coordenadoria de Recursos Editoriais

Hilton Henrique Cruz Santos Pereira

Coordenadoria de Registro e Normatização

Célia Aparecida Santos de Araújo

Kaio Victor dos Santos Ribeiro

Produção Visual

Emanuel Vitor de Melo Barbosa

Laura Beatriz de Jesus Passos

Para minha mãe, Domingas de Oliveira Fonsêca e para meu pai Salvador Souza Fonsêca (in memoriam), que com tanto amor cuidaram e alimentaram os seus 8 (oito) filhos (em Sapeaçu e, depois, mudou-se para a cidade de Cruz das Almas, no recôncavo da Bahia): José Antônio, Francisco, Célia, Inácio, Selma, Cláudia e Sandrinha.

Para todos os estudiosos em turismo alunos, pesquisadores e a comunidade em geral que se interessa pelo tema.

Para todos as minhas amigas, amigos, colegas do IFS e colaboradores tantos, minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é parte dos estudos de pós-doutorado. Portanto, agradeço à Magnífica Reitora do Instituto Federal de Sergipe, Prof.^a Dr.^a Ruth Sales Gama de Andrade pela liberação para este tempo de “retiro espiritual” do chão da sala de aula e poder dedicar-me ao pensar.

Agradeço ao Prof. Dr. Flávio Ferreira, Presidente/Dean/ Politécnico do Porto. Escola Superior de Hotelaria e Turismo (Polytechnic of Porto School of Hospitality and Tourism).

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Fernanda Amélia Fernandes Ferreira, IPP, Porto, onde estou vinculado para realização do pós-doutorado, pela parceria e apoio de sempre.

Agradeço ainda ao Diretor do Campus Aracaju, Prof. Dr. Francisco Gumes, à Prof.^a Mestra Ana Paula, diretora de ensino, ao Prof. Dr. Rômulo, gerente de ensino e à Prof.^a Mestra, coordenadora da CCHSL, Josefa Gilvânia Rodrigue, por todo apoio dispensado, carinho e solidariedade.

Agradeço a Ruan que procedeu preliminarmente a diagramação deste trabalho.

Agradeço a EDIFS pela publicação e colaboração geral para a finalização técnica.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	12
------------------	-----------

Capítulo 1

MÉTODO HERMENÊUTICO E A PESQUISA EM TURISMO	15
1 Introdução	15
2 Metodologia	17
3 O Turismo e a Hermenêutica	17
4 Considerações Finais	23
Referências	23

Capítulo 2

TURISMO PEDAGÓGICO: INTERFACES, IDENTIDADES E SINGULARIDADES ENTRE BRASIL E PORTUGAL	26
1 Introdução	27
2 Caminhos Metodológicos	29
3 A educação como processo pedagógico	30
4 Contextualizando o Turismo Pedagógico	31
5 Breve caracterização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana	35
6 Breve caracterização do Parque Nacional da Peneda-Gerês	38
7 Considerações Finais	43
Agradecimentos	44
Referências	45

Capítulo 3

ENSAIO TEÓRICO SOBRE A GESTÃO DE TURISMO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA – UMA PERSPECTIVA SEGURA E SUSTENTÁVEL	47
1 Considerações Iniciais	49
2 O turista no contexto da pandemia	50
3 As perspectivas para o setor hoteleiro pós-covid-19	53
4 Saída para a crise – O planejamento turístico para o pós-pandemia	57
5 Destinos pós-pandemia – oportunidades, possibilidades e segurança	60
6 As Recomendações da OMT	63
7 Metodologia	64
8 Considerações Finais	65
Referências	66

Capítulo 4

QUADRILHAS JUNINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA MANTER A TRADIÇÃO	69
1 Introdução	71
2 Aspectos Culturais	73
3 Quadrilha como patrimônio imaterial	75
4 As quadrilhas juninas e a pandemia	76
5 Considerações Finais	79
Referências	80

Capítulo 5

VIAGENS TURÍSTICAS, CANCELAMENTOS, DIREITOS E ALTERNATIVAS NO CONTEXTO PÓS- PANDEMIA	81
1 Introdução	83
2 Métodos e Materiais	86
3 Análise Jurídica na Perspectiva da Discussão	87
4 Turismo de negócios e de Lazer seguro e sustentável no contexto da pandemia	92
5 Considerações Finais	94
Referências	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
SOBRE O AUTOR	98

PREÂMBULO

A busca por hábitos e costumes saudáveis, os deslocamentos no tempo e espaço, em vista de uma melhoria na sua qualidade de vida sempre foram almejados por povos de todos os tempos. Certamente, nestes momentos de transição social e cultural eventos ocorrem local e globalmente, especialmente, após a pandemia de Covid-19, a qual colocou a todos os povos em quarentena, isso implicou no aumento da procura por um turismo em espaços abertos, em meio a natureza. Esta publicação aglutina capítulos bastante variados ao reunir trabalhos inéditos e trabalhos publicados mundo a fora. Agora, reunidos em um só lugar o leitor pode ter acesso a um pouco das reflexões que temos desenvolvido nos últimos tempos especialmente sobre o turismo. Devo registrar que o fato de ser membro fundador do Primeiro Mestrado Profissional em Turismo do Nordeste, IFS/PPMTUR e colaborado desde a sua fundação em 2016, na cadeira de Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Turismo tomei a liberdade de deixar para o público uma pequena parte dos estudos que desenvolvi ao longo desse período. Destaco ainda que, o meu objetivo ao produzir “ciência” em Turismo não foi um ato solitário, antes ao contrário, pautei as minhas reflexões sempre submetendo-as ao escrutínio do saber e da sabedoria dos colegas. Neste sentido, os capítulos deste livro colheram a opinião generosa de colegas do PPMTUR, do Instituto Politécnico do Porto, Portugal e de alunos em Turismo. Este livro intitulado: **TURISMO E SUAS PERSPECTIVAS – Pesquisa, Cultura, Entretenimento e Lazer** é fundamentalmente uma coletânea e quer ser uma resposta inovadora para os contextos tão multifacetados e complexos que nos acompanham.

As partes da obra estão divididas da seguinte forma: O primeiro capítulo: **Método Hermenêutico e a Pesquisa em Turismo**. Este método é usado como uma proposição de cunho investigativo para a grande área do conhecimento, mas, especificamente, para no campo do Turismo se mostra muito eficaz. Aqui prezamos por uma abordagem clara e concisa para auxiliar os jovens pesquisadores a lançarem mão desta importante ferramenta metodológica.

O segundo capítulo intitulado: **TURISMO PEDAGÓGICO: INTERFACES, IDENTIDADES E SINGULARIDADES ENTRE BRASIL E PORTUGAL**, foi objeto de um projeto de internacionalização do IFS em colaboração com o IPP, Porto, Portugal. Este estudo inicialmente foi objeto de um artigo e publicado pela revista Springer (2020). Resolvi mantê-lo com algumas alterações, também, procedi a tradução para a língua portuguesa para permitir o acesso direto à escrita desta publicação uma vez que este livro também é destinado aos pesquisadores da pós-graduação em Turismo Profissional do IFS. Devo dizer que tive a colaboração de vários professores doutores conforme está registrado no *caput* do capítulo.

O terceiro capítulo intitulado: **ENSAIO TEÓRICO SOBRE A GESTÃO DE TURISMO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA – UMA PERSPECTIVA SEGURA E SUSTENTÁVEL**, trata de um ensaio teórico escrito no final da pandemia e não publicado. Aborda as incertezas do momento e seus horizontes para o turismo e a gestão no contexto pós-pandêmico. O quarto capítulo com o título: **QUADRILHAS JUNINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA MANTER A TRADIÇÃO, reflete sobre a importância das** quadrilhas juninas para o alavancar do turismo no Nordeste do Brasil uma vez que elas possuem lugar de destaque nos festejos do mês de junho e julho, as apresentações atraem visitantes com o intuito de vivenciar as apresentações, não só apenas assistir mas também interagir, isto é: dançar. Por fim.

O quinto capítulo com a título: **VIAGENS TURÍSTICAS, CANCELAMENTOS, DIREITOS E ALTERNATIVAS NO CONTEXTO PÓS- PANDEMIA**, publicado, preliminarmente, como artigo na revista *International Journal of Development, Research, 2022*, e contou com a efetiva participação da pesquisadora, doutoranda em Direito constitucional da UFBa/UESB, cujo nome encontra-se declinado no *caput* do capítulo e, pelas mesmas razões do segundo capítulo resolvi manter a sua composição quase que totalmente original apenas com algumas alterações.

Desejo a todos uma boa leitura.

Capítulo 1

MÉTODO HERMENÊUTICO E A PESQUISA EM TURISMO

RESUMO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a hermenêutica como proposta metodológica capaz de contribuir na pesquisa em turismo. Enquanto ramo da Filosofia a hermenêutica cuida da arte de interpretar textos, sejam eles visuais, acústicos, escritos, falados, sonoros e afins. A metodologia utilizada foi a análise e a interpretação de textos e, mais pontualmente, do pensamento de Gadamer em *Hermenêutica em retrospectiva* e em *Verdade e Método*. As principais conclusões apontam que a experiência da verdade é hermenêutica na medida em ocorre numa constante relação, na qual a parte modifica o todo e o todo modifica a parte. E, nesse ponto, a pesquisa em turismo no âmbito da construção de sua epistemologia, de vertente hermenêutica passa por essa tensão, isto é: a capilarização da vivência e da experiência turística em diálogo com a abertura e acolhida para o novo e para o inesperado.

Palavras-chave: Epistemologia; Pesquisa; Turismo; Método; Hermenêutica.

1 Introdução

As publicações em turismo, tradicionalmente, sempre destacaram a sua relação com o mercado por considerá-lo um vetor de grande importância para alavancar o desenvolvimento local e global. Assim sendo, é muito comum encontrarmos uma grande quantidade de abordagens

sobre o turismo apenas em sua dimensão de oferta de produtos, serviços, equipamentos, experiências, vivências prazerosas e outras tantas atividades associadas ao ócio criativo, mas sempre com sua função posicionada para gerar e atender ao consumo no intuito de induzir o crescimento econômico.

A dimensão acadêmica, propriamente é recente e carece de um processo de consolidação e expressividade no âmbito das demais áreas do conhecimento e isso demandará algum tempo, mesmo que tal situação tem se modificado nas últimas duas décadas, pois vários estudiosos, a exemplo de Leiper (1981, 2000), Comic (1989), Centeno (1992), Spode (1993), Tribe (1997, 2000 e 2004), Beni (1998), Phillimore e Goodson (2004), Panosso Netto (2005), Castillo Nechar e Lozano Cortés (2006), Ateljevic, Pritchard, e Morgan (2007) e Darbellay e Stock (2012), Jafari, J. (2001) dentre outros. Tratar das possíveis contribuições da hermenêutica para a pesquisa em turismo nos leva aos seguintes questionamentos iniciais: como tem sido a relação do turismo com a filosofia? A filosofia chegou a ser considerada a “mãe” de todas as ciências, quais seriam as razões para tanto? Como os pesquisadores em turismo veem a filosofia? É possível alcançar o status de ciência prescindindo de alguma fundamentação epistemológica, considerando que a epistemologia é, também, um ramo da filosofia? Em que aspecto a hermenêutica pode adensar a “musculatura” científica da pesquisa em turismo? Quais as vantagens em adotar a hermenêutica como método capaz de buscar a verdade quando da pesquisa dos fenômenos turísticos? Esses seriam alguns questionamentos iniciais e de grande importância para que se possa falar na contribuição da hermenêutica para a pesquisa em turismo. Devo dizer, logo no início, que nem todas essas questões serão justificadas aqui, neste ensaio, permanecerão apenas como provocações.

2 Metodologia

O aporte metodológico consistiu na análise e interpretação dos textos *Hermenêutica em retrospectiva* e *Verdade e Método*, ambos de Gadamer, seguido de alguns comentadores. Toda a análise foi desenvolvida com o intuito de descobrir na hermenêutica um caminho consistente para fundamentar a pesquisa em turismo.

3 O Turismo e a Hermenêutica

A hermenêutica é um ramo da filosofia, e sua contribuição, efetivamente deverá ser nessa direção. Pois, na medida em que o turismo se aproxima da filosofia, certamente, ele também poderá compartilhar da solidez metodológica que a filosofia ofereceu a todos os ramos das ciências ao longo da história. A nosso ver, uma das dificuldades do turismo ser considerado e aceito como uma ciência está relacionada em grande parte ao seu distanciamento da Filosofia. No passado a Filosofia chegou a ser considerada a “mãe de todas as ciências”. Embora nos dias atuais não possamos nos valer da integralidade e da força desta assertiva, porém a Filosofia permanece na base de fundamentação do conhecimento científico, de um modo geral, e essa observação indica que a Filosofia está presente desde as ciências duras a exemplo da matemática, da física e das ciências tecnológicas, passando por todas as humanidades e pelas ciências sociais, a exemplo do direito e da sociologia.

Com relação ao turismo há que se considerar algumas questões. Em primeiro lugar conforme Panosso Neto (2005), uma parte dos pesquisadores do turismo considera a Filosofia complexa demais e, em assim sendo qualquer tentativa de aproximação demandaria muito tempo. E, acima de tudo, há dúvidas por parte de um grupo de turismólogos (aqueles que vinculam

o turismo apenas como uma atividade econômica e vê nessa área apenas a sua dimensão operacional em função do mercado) quanto a real e efetiva contribuição da filosofia para a pesquisa em turismo. Em segundo lugar, dirá Panosso Neto (2005), que a quase totalidade dos filósofos não se interessa pelo turismo, e isso, segundo o mesmo autor se deve ao fato de que para esse grande grupo de filósofos, e que se trata da expressa maioria, o turismo não passa de uma vertente do ramo comercial e, não seria o caso se considerar uma área que pudesse reivindicar para si o status de ciência. E, torna-lo um ramo da ciência seria muito mais uma pretensão do que uma possibilidade de fática. Em todo caso, há que se considerar que há um grupo de turismólogos, pesquisadores, têm empreendido esforços no sentido de requisitar da filosofia um aporte metodológico no que diz respeito à pesquisa em turismo. No contexto da história da filosofia é de se notar que a Hermenêutica vem desde Aristóteles (384-322 a.C) e se estende até Gadamer (1960) com sua obra clássica Verdade e Método. A hermenêutica como método busca a possibilidade da verdade a partir de uma relação dialógica com textos, sejam eles: visuais, acústicos, escritos, falados, sonoros e outros como sua matéria ou assunto de interpretação. Nesse ponto a hermenêutica pretende ser teoria e metodologia, dirá Conde Gaxiola, (2008). Essa perspectiva é retomada por Beuchot (2003) ao afirmar ser este um novo paradigma da episteme filosófica na contemporaneidade. Importa considerar que a hermenêutica se nutre de várias correntes. A esse respeito, esta reflexão corrobora com a hermenêutica dialética transformacional apropriada por Conde Gaxiola (2008a, 2008b), e aplicada ao turismo. Esta proposta visa inquirir sobre o ser humano não apenas em sentido metonímico, mas também em sentido metafórico. Para Conde Gaxiola (2008, p.93), trata-se de um caminho que pretende romper com “a estirpe univocista, visualizada nas orientações positivistas, funcionalistas, estruturalistas e condutivistas, partidárias da explicação superficial da compreensão, da

literalidade negando a poeticidade, e dos modelos das ciências exatas e da natureza, avassalando os saberes humanistas”.

A hermenêutica, portanto, se impõe como uma metodologia crítica na leitura, releitura e nova interpretação do conceito turismo. Para os autores hermenêuticos, é importante a aplicação da hermenêutica nos estudos turísticos porque ela “proporcionaria elementos para aproximar-se de uma interpretação dos fatos turísticos, evitando os enfoques meramente descritivos, típicos do funcionalismo turístico e do culturalismo (CONDE GAXIOLA, 2008, p.93); e também, porque, através de seu horizonte conceitual, ofertaria instrumentos para nos aproximar das grandes temáticas do turismo. A nós parece que um tratamento hermenêutico e dialético das modalidades e práticas do tempo livre e do turismo na sociedade *... poderia oferecer novas pautas para abordá-las de forma mais adequada, e para contribuir na tipificação do planejamento e nas políticas turísticas do Estado e na caracterização das tendências turísticas mundiais, entre outros. (CONDE GAXIOLA, 2008, p.93). Pernecky e Jamal (2010) apresentaram um quadro explicativo das diferenças entre a fenomenologia de Husserl (considerado um dos criadores da corrente filosófica) e da hermenêutica de Heidegger, que foi discípulo de Husserl, mas que mudou significativamente o aporte teórico da fenomenologia em busca da compreensão do ser no mundo (da-sein). Outros autores que elaboraram estudos turísticos e amparados na hermenêutica foram Ferreira (2008) e Patterson, Watson, Williams, Roggenbuck (1998) e Caton e Santos (2008). A Hermenêutica e sua interface com o turismo no percurso histórico para elaboração de sua hermenêutica, Gadamer empreendeu estudos considerando as contribuições de vários pensadores no sentido de encontrar um método capaz de estabelecer o conhecimento verdadeiro. Sua reflexão começa analisando a questão da criação do método cartesiano, suas condicionantes e, sobretudo a influência desse evento para o desenvolvimento da modernidade

e, conseqüentemente da hermenêutica. Entretanto, o método por excelência instituído e, amplamente, adotado pelas ciências modernas, na visão de Gadamer, se mostrou em muitos casos como um impedimento à verdade. Entretanto, nesse ponto específico, ele argumenta e justifica o processo pelo qual se libertou desse entrave. Tomando por base o pensamento de Heidegger, Gadamer procurou construir, em diálogo com toda a tradição precedente, o que resultou propriamente na sua hermenêutica filosófica. Para isso, “Gadamer, na sequência de Heidegger, orienta seu procedimento para uma questão mais filosófica do que a interpretação em si mesma.” (PALNNER, 1969). Nesse sentido, os processos de interpretação e compreensão não mais se baseiam numa dimensão metodológica, como objetivo da realidade a ser compreendida. Ao contrário, a hermenêutica gadameriana é uma forma de compreender o pensamento diário e da experiência, no acontecer dessa realidade. Apropriar-se do método hermenêutico e aplicá-lo ao turismo significa exatamente um afeiçoar-se a esse *modus operandi* de compreender e interpretar a realidade e incorporar no fazer da “ciência” em turismo, o que implica uma releitura de como costumamos interpretar a abordagem do turista. Isso implica o como compreendemos e interpretamos os sonhos, sua abertura para realizar experiências existenciais significativas e que se encontram no seu universo “espiritual” e imaterial, entre outros. Na esteira de Gadamer seria esse um adequado procedimento hermenêutico, isto é, mergulhar na “aura” da experiência e da existência, no dia-a-dia daqueles que se dispõem e se entregam à intensidade de paisagens, culinárias, vivências lúdicas distantes do seu domicílio e outras. O método hermenêutico implica entender e capilarizar essas “espontaneidades” do turista no acontecer da vivência e ou da experiência turística, e a partir daí, catalisar como substrato fundamental para a ciência do turismo. Aqui, possivelmente esteja uma das mais importantes contribuições que a hermenêutica possa oferecer à epistemologia

do turismo. Segundo Gadamer (2012, p.270), “a hermenêutica filosófica, tem como tarefa abrir a dimensão hermenêutica em toda a sua plenitude e alcance e de ampliar seu significado fundamental a todo o conjunto de nossa compreensão de mundo”. Cremos que o termo compreensão aqui deve ser entendido como o ponto de partida onde o autor desenvolve sua concepção acerca da dinâmica de realização da interpretação, pois é em função deste termo (compreensão) que surge a necessidade de se repensar a essência da linguagem e os traços peculiares de seu próprio caminho no fazer dos estudos em turismo. Tal compreensão é significativa para Gadamer na medida em que se serve dela como via de acesso mais geral e abrangente, proporcionando uma porta de entrada no universo do texto. Texto aqui, como já mencionamos deve ser entendido em sua polifonia de sentidos quais sejam: uma experiência ou vivência turística de uma paisagem, de uma obra de arte, uma peça teatral ou, ainda, no sentido literário de um discurso, um silêncio, uma manifestação artística em geral, dentre outros. Para isso o filósofo propõe uma análise do fenômeno da linguagem dentro do universo da compreensão, já que tal fenômeno tem como ponto de partida a dimensão histórica, pois é esta que constitui a realidade a ser compreendida. Desse modo, a linguagem tem uma estreita conexão com a tradição, pois com ela se articula e dela provém. Com isso, a linguagem permeia todo o processo de compreensão, na medida em que é meio para compreendê-lo e ao mesmo tempo é fruto da realidade que permitiu a compreensão. O termo compreender, para Gadamer, deriva da tradição hermenêutica. Porém, ele o liberta da dimensão subjetivista e leva-o a um patamar verdadeiramente universal de linguagem.

A hermenêutica se apropria da linguagem, elemento medidor entre o passado e o presente, caminho um para se chegar ao encontro da verdade na realidade vivida, em constante diálogo com o outro, sem tanto negar que ele é portador de verdade. Na tentativa de livrar a verdade

desses entraves Gadamer procura na sua obra verdade e método resgatar a experiência da verdade das “garras” e do exclusivismo do método moderno, cartesiano. Para realizar tal intento ele divide a referida obra em três sessões as quais expressam as três realidades básicas da verdade, quais sejam: a arte, o entendimento histórico, e a linguagem. Essas experiências são, a seu ver, meios pelos quais se encontra a verdade libertada do dogmatismo. Em Gadamer as verdades reveladas, de todos esses modos de entendimento, podem e dever ser recuperadas e restabelecidas quando o entendimento mais fundamental da verdade é hermenêuticamente exposto. Nesse contexto, Getrat (2014, p.70), afirma que a hermenêutica é “o modo de ser, de pensar e de organizar o sentido, perpassando a tensão do dito e do não dito”, a fim de se aproximar da verdade, a qual não se deixa ser descoberta, mas experienciada. A ciência em turismo, na medida em que o pesquisador entra em relação dialógica com o fenômeno turístico seja ele um patrimônio material ou imaterial, pois dessa tensão entre o dito e o não dito emerge, inevitavelmente, e é nesse momento que eclode o novum da pesquisa, ou seja, a sua originalidade e o seu núcleo fundante se exprimem e se experencia. Isso associado à sensibilidade e à maturidade teórica do pesquisador. Pois, a experiência constitutiva da participação ou encontro com a verdade está na sua irrepetibilidade.

Por fim, para Gadamer a experiência da verdade é hermenêutica na medida em ocorre numa constante relação, na qual a parte modifica o todo e o todo modifica a parte. A experiência do todo que modifica a parte se realiza numa constante abertura para o novo, para o inesperado que, na verdade, se dá numa constante tensão com aquilo que já foi dito, já foi compreendido, ou seja, a verdade se dá na relação com o que já foi experienciado. E, nesse ponto, a pesquisa em turismo no âmbito da construção de sua epistemologia, de vertente hermenêutica passa por essa tensão, isto é: a capilarização da vivência e da experiência turística em diálogo com a

abertura e acolhida para o novo e para o inesperado. Portanto, a contribuição da hermenêutica para o conhecimento em turismo implica acolher, processar e capilarizar essa tensão em direção à verdade científica no âmbito da pesquisa em turismo.

4 Considerações Finais

Assim, a hermenêutica filosófica não se apresenta como mais um método, mas antes de tudo ela tem a consciência que ela faz parte da história e que sua realização é fruto da experiência. Com isso, ela tem consciência de fazer parte de uma tradição, da qual ela mesma é tradição. Pelas contingências do tempo, neste ensaio tratarei apenas, da dimensão hermenêutica da linguagem deixando como provocação outras questões suscitadas.

Referências

- ATELJEVIC, I., PRITCHARD, A., & MORGAN, N. (Eds.). (2007). **Critical turn in tourism studies**. Innovative Research Methodologies. Oxford: Elsevier.
- Beuchot, M. P. (2003). *Hermenéutica analógica y del umbral*. Salamanca: San Esteban.
- BENI, M. C. (1998). **Análise Estrutura do turismo**. São Paulo: Senac São Paulo.
- CASTILLO NECHAR, M., & Lozano Cortés, M. (2006). **Apuntes para la investigación turística**. Cozumel-Quintana Roo: Universidade de Quintana Roo.
- CATON, K., & SANTOS, C. A. (2008). **Closing the hermeneutic circle? Photographic Encounters with the Other**. *Annals of Tourism Research*, 35(1), pp. 7–26.

CONDE GAXIOLA, N. (2008b). **Hermenéutica dialéctica transformacional aplicada al turismo, el derecho y las ciencias sociales**. México: Instituto Politécnico Nacional.

CONDE GAXIOLA, N. (2008a). **¿Es posible una teoría hermenéutica dialéctica en el estudio del turismo?** Teoría y Praxis, 5, 197-211.

CONDE, Gaxiola. **Es posible una teoría hermenéutica dialéctica en el estudio del turismo?** (pp.197-211). Intituto Politécnico Nacional. Escuela Superior de Turismo¿2008.

CENTENO, R. Ro. (1992). **Metodología de la investigación aplicada al turismo**: casos prácticos. México: Trillas.

COMIC, D. K. (1989). **Tourism as a subject of philosophical reflection**. Re-vue de Tourisme. AIEST, n. 2, 1989, pp. 6-13.

DARBELLAY, F.; STOCK, M. (2012). **Tourism as complex interdisciplinary research object**, *Annals of Tourism Research*, 39, pp. 441–458.

FERREIRA, L. R. (2008). **O turismo sexual e a comunicação – um olhar hermenêutico sobre as relações entre visitantes e visitadas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 2(2), pp. 84-112.

GADAMER, Hans Gorg. **Hermenêutica em retrospectiva**. Tradução de Marco Antônio Casanova. 2.ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2012 a.

_____. **Verdade e método I**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 12.ed. rev. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2012 b.

_____. **Verdade e método II**: Complementos e índice. Tradução de Enio Paulo Giachine. rev. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2002.

GETRAT, Clóvis Vitor. **O conceito de verdade a partir da hermenêutica**

filosófica de Rans-George Gadamer. São Leopoldo, 2008. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Disponível em: Acesso em: 12 de agosto de 2023.

JAFARI, J. (2001). **Enciclopedia del turismo.** Síntesis. Madrid.

LAWN, Chris. **Compreender Gadamer.** Tradução de Hélio Magri Filho. 3.ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2011.

LEIPER, N. (1981). **Towards a cohesive curriculum in tourism: the case for a distinct discipline.** Annals of Tourism Research, 8, pp. 69-84. Leiper, N. (1995). Tourism management. Collingwood-Victoria: RMIT Press.

LEIPER, N. (2000). **An emerging discipline. Annals of Tourism Research.** 27(3), pp. 805-809, July 2000.

PALNNER, Richard E. **Hermenêutica.** Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lis

PANOSSO NETTO, A. (2005). **Filosofia do turismo:** teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph.

PATTERSON, M. E., WATSON, A. E., WILLIAMS, D. R., & ROGGENBUCK, J. R. (1998). **Hermeneutic Approach to Studying the Nature of Wilderness Experiences.** Journal of Leisure Research, 30(4), pp. 423-452.

PHILLIMORE, J.; GOODSON, L. (Eds.). (2004). **Qualitative research in tourism.** Ontologies, epistemologies and methodologies. London: Routledge.

TRIBE, J. (2004). Knowing about tourism. Epistemological issues. In Phillimore, J. & Goodson, L. (Eds.), **Qualitative research in tourism.** Ontologies, epistemologies and methodologies London: Routledge. pp. 46– 62.

Capítulo 2

TURISMO PEDAGÓGICO: INTERFACES, IDENTIDADES E SINGULARIDADES ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Flaviano Oliveira Fonsêca, Jorgenaldo Calazans dos Santos, Lício Valério Lima Vieira and
Fernanda A. Ferreira¹

RESUMO

O turismo consolidou-se como importante atividade econômica e social em quase todos os cenários mundiais, com destaque para os segmentos relacionados à natureza. Com isso, as Unidades de Conservação têm corroborado significativamente a qualidade da oferta de espaços onde é possível a prática deste tipo de turismo. Neste trabalho iremos destacar as potencialidades e possibilidades da prática do Turismo Pedagógico nos parques nacionais da Serra de Itabaiana, no Brasil e da Peneda-Gerês, em Portugal. Para atingir o objetivo, esta investigação solicitou análise documental e bibliográfica às plataformas de dados públicos dos países em questão e procedeu à consulta de documentos disponibilizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em Portugal. Foram realizadas entrevistas com os principais gestores de ambas as Unidades de Conservação. Concluiu-se que os parques em estudo já desempenham a função de laboratório vivo para a prática do turismo pedagógico e, portanto, são

¹ Este capítulo 2 teve a colaboração dos professores: Fernanda Amélia Ferreira, Lício Valério Lima Vieira e Jorgenaldo Calazans dos Santos.

potencialmente expressivos e reconhecidos por instituições de pesquisa de ambos os países. No entanto, é importante referir que a sustentabilidade econômica tem-se revelado problemática para as realidades analisadas e requer intervenções públicas e privadas no sentido de as tornar mais eficazes e sustentáveis para a melhoria das relações entre o homem e a natureza.

Palavras-chave: Turismo, Áreas Protegidas, Parques Nacionais, Turismo Pedagógico.

1 Introdução

O turismo, à escala global, impôs-se e, conseqüentemente, ganhou um lugar de destaque em vários setores da cadeia econômica, na produção de conhecimento e nos serviços de entretenimento e lazer. Nesse sentido, identificar e analisar o potencial pedagógico deste fenômeno humano multidimensional e intersetorial, com forte viés econômico, implica discutir sobre o repertório de elementos típicos da atividade turística sejam eles quais forem: infraestrutura básica e turística; diversidade de oferta; consolidação de destinos; expansão de empregos; inclusão das comunidades locais em a prestação de serviços; estratégias de educação e preservação e preservação ambiental como fator estruturante de toda a cadeia.

Além disso, a busca pela natureza vem ocorrendo como um diferencial, ao buscar ocupar o tempo livre, aplicando os elementos de entretenimento e lazer nas atividades desenvolvidas na natureza. Por sua vez, cabe destacar que a criação de unidades de conservação – UC, corroborou significativamente a qualidade da oferta de espaços naturais, propícios à prática do turismo. Por adotar um modelo sustentável nas áreas de preservação e conservação de áreas protegidas, é importante considerar que dentre as categorias de UC que permitem o uso sustentável para a prática do turismo estão os Parques Nacionais. Assim, o turismo em áreas

protegidas também se configurou como uma importante ferramenta dentro do processo formativo. A prática pedagógica de visitar áreas verdes tornou-se uma necessidade diante dos intensos processos de transformação da natureza pela ação humana. O reconhecimento de paisagens naturais distintas daquelas altamente urbanizadas impõe-se como diferencial na formação de cidadãos sensíveis e conscientes do papel de acolher o meio ambiente como algo inerente ao bem-estar e à própria vida humana.

Este estudo está referenciado na Serra de Itabaiana, no Brasil e no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em Portugal, ambos enquadrados em unidades que permitem a prática do turismo. Portanto, algumas questões nos ajudam a configurar melhor o objeto de estudo, são elas: O que é Turismo Pedagógico e como ele é praticado nos Parques Nacionais? Quais as potencialidades dos Parques Nacionais para o desenvolvimento da prática do turismo pedagógico? Em que sentido o Turismo Pedagógico pode ser considerado sustentável quando praticado em ambientes naturais? Estes são alguns desafios que o próprio tema impõe e que serão considerados neste artigo. Ressalta-se que este trabalho faz parte de um estudo mais amplo vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), por meio do Programa Produtividade Docente (PPD/2019/20). Tais estudos ainda estão em desenvolvimento, por isso não é possível apresentar dados finais e análises conclusivas. Quanto à estrutura do artigo, trabalhamos inicialmente no referencial teórico em que foram enfatizadas algumas definições de turismo pedagógico, a sua importância e abrangência em áreas protegidas tanto nos Parques Nacionais da Serra de Itabaiana como na Peneda-Gerês.

Seguidamente, será apresentada uma breve caracterização geográfica, demográfica e ambiental dos parques para que posteriormente seja possível analisar o potencial pedagógico, nomeadamente para fins

educativos e de investigação, face às suas potencialidades e à forma como estas áreas estão a ser hoje exploradas. O desenvolvimento da análise teórica inclui as seguintes categorias: turismo pedagógico, áreas protegidas, sustentabilidade, educação, investigação, lazer, entretenimento e impactos económicos para os países envolvidos, nomeadamente Brasil e Portugal. No que diz respeito à parte prática, será realizada uma análise exploratória dos Parques Nacionais da Serra de Itabaiana, Brasil e Peneda-Gerês, em Portugal. Por fim, o que pretendemos é corroborar a elucidação das potencialidades, das riquezas imensuráveis, do seu potencial nos aspectos pedagógicos, educativos e de pesquisa, considerando os esforços dos gestores e entidades envolvidas para que as atividades desenvolvidas durante a UC que são: ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente justas, quando se relacionam com as comunidades locais e com os turistas, embora esse desejo ainda não esteja configurado numa realidade satisfatoriamente palpável e universal.

2 Caminhos Metodológicos

Para responder às questões iniciais foi necessária a utilização de uma metodologia baseada em diversas técnicas, entre elas: a) análise bibliográfica utilizando publicações científicas, teses, dissertações, livros, em formato impresso e digital, também páginas web; b) contato com as entidades que trabalham no PNSI (Parque Nacional da Serra de Itabaiana, SE, Brasil) e no PGNP (Parque Nacional da Peneda-Gerês, Norte de Portugal), com as entidades gestoras e com as entidades responsáveis pela manutenção e conservação do Parques nacionais; c) análise de documentos estatísticos, através de plataformas nacionais.

Nas atividades de campo, além dos representantes da gestão do parque, também foi possível entrevistar os responsáveis pela manutenção e conservação direta dos parques nacionais, os funcionários de primeira linha, incluindo: brigadeiros, seguranças, serviços gerais, entre outros. Com essas entrevistas podemos sentir de perto o cotidiano do parque, bem como as dificuldades encontradas pelos trabalhadores dessas instituições.

Ressaltamos também que um dossiê mais completo sobre essas entrevistas deverá ser feito na conclusão final e definitiva desta pesquisa. Porém, aqui já existem muitos dados capturados nas realidades visitadas, para isso, utilizamos a análise de conteúdo finalizada em Bardin [1], que se baseia na repetição das informações emitidas pelos entrevistados.

3 A educação como processo pedagógico

O processo educativo é inerente a todos os seres. Se você considerar a vida selvagem, verá que esse processo ocorre como condição insubstituível para a perpetuação da vida. Dito isto, infere-se que todos os seres são geralmente alvo de um processo educativo. Para as comunidades humanas, nota-se que elas incorporam aprendizagens provenientes de diferentes ambientes, nomeadamente: a família, o meio ambiente, as culturas, as artes, o contexto social, a escola, a religião e outros.

Certamente são as redes e estruturas sociais e ambientais que transmitem e perpetuam o conhecimento entre gerações. São, claro, conhecimentos, experiências, valores, crenças, formas de agir, técnicas, costumes, principalmente aqueles adquiridos, acumulados e aprimorados ao longo dos anos.

Neste contexto, é importante destacar que o contato com a natureza é natural ou programado, como ocorre na maior parte das vezes, na prática do Turismo Pedagógico, no seu sentido para os processos de aprendizagem que estão visceralmente ligados às diversas vertentes do turismo da natureza que ele abrange. É o nosso interesse nesse artigo. Essa prática é fundamental no processo de crescimento intelectual dos alunos. É neste momento que a teoria se vincula à prática educativa, atingindo assim os objetivos de ensino-aprendizagem.

4 Contextualizando o Turismo Pedagógico

Embora possa ser considerado recente, quando comparado a outros tipos tradicionais de segmentos turísticos, o turismo pedagógico antecede o turismo de lazer, considerado como a prática mais remota da atividade. Depreende-se que as primeiras viagens de carácter educativo referem-se à Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Isso era muito comum entre os jovens aristocratas britânicos com o objetivo de aprimorar os estudos para ingressar em uma carreira na política, no governo ou no serviço diplomático. Para tanto, realizaram uma grande viagem pelo continente europeu, com duração aproximada de três anos, que na época foi intitulada *grand tour* [2]. Nesse sentido, Beni [3] corrobora argumentando que o turismo pedagógico constitui a retomada da antiga prática amplamente utilizada na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos por faculdades e universidades privadas. Reitera ainda que esta prática também foi adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais através do acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino com programas de aulas e visitas a pontos históricos ou locais de interesse para o desenvolvimento educacional dos alunos. Chamado de turismo pedagógico, turismo docente, educacio-

nal ou educacional, a atividade tem sido apontada como um importante recurso do processo ensino-aprendizagem. Ressalta-se que para Perinotto [4] o turismo pedagógico é uma ferramenta que demonstra na prática a teoria observada em sala de aula.

Neste contexto, o processo de ensino-aprendizagem envolve a atividade de animação turística, através da qual, escolas ou agências especializadas, a partir de um trabalho conjunto e bem planejado, propõem a utilização de passeios e aulas de campo dentro ou fora da própria cidade. a estudantes e/ou pesquisadores, como estratégia metodológica.

Por sua vez, Ansarah [5] destaca que “na atividade de turismo pedagógico, o importante é despertar o interesse do aluno pelos novos conhecimentos, pela localização, pelos usos e costumes da população”.

Perinotto [4] destaca que esta modalidade de animação turística ao promover o contato in loco com os assuntos estudados, esta ação acaba induzindo a melhor apreensão do cotidiano e de suas singularidades. Certamente, esta prática educativa também facilita o alcance dos objetivos pedagógicos, pois em geral os alunos apreciam esta forma de aprendizagem lúdica.

Segundo Hora e Cavalcanti [6], o turismo pedagógico pode ser planejado e desenvolvido por equipes multidisciplinares formadas por bacharéis em Turismo e professores de diversas áreas, visando a elaboração de propostas de atividades que incluam algum tipo de deslocamento do ambiente escolar, como como a visita aos atrativos naturais de um município, uma fazenda, um parque ou a participação em um acampamento. O que se pretende com esta atividade é a organização de situações de aprendizagem relacionadas com conteúdos curriculares, valores éticos e estéticos, bem como atitudes formativas, como o desenvolvimento da

capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito pelo outro e fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração de regras de convivência, entre outras.

De acordo com as práticas cotidianas, verifica-se que as viagens e excursões incluem aprendizagens que ocorrem em pelo menos três momentos: o do planejamento, ou seja, a fase da organização, que é importante para solicitar a participação dos alunos, num exercício de democracia, que implica quando possível a escolha do local a ser visitado, a elaboração de regras e a pesquisa sobre o local a ser visitado; a execução efetiva, através da observação e coleta de dados, da fruição, do prazer de dirigir o olhar para uma paisagem; e, por fim, as atividades de retorno, que são: sistematização do conhecimento, elaboração de relatórios, organização de painéis com registros fotográficos e textos.

Com isso, o turismo pedagógico certamente induz a formação do sentido de processo, ou seja, a compreensão dos diferentes aspectos intervenientes na história da comunidade local a ser visitada e a compreensão das diversas etapas necessárias à composição dos produtos e serviços [6].

É importante destacar que as atividades desenvolvidas no meio rural colaboram muito para que os participantes conheçam os processos: coleta e reciclagem de lixo, produção de artesanato, alimentos variados, fotografias, utensílios, manufaturas locais, colheita de produtos agrícolas culturas, a forma de organização de um grupo cultural, a prestação de serviços 'relacionados à visitação, manejo de dinheiro e outros. Neste contexto, a busca pelos aspectos histórico-culturais e naturais deve ser um dos eixos na execução das atividades. A apresentação das atividades desenvolvidas deverá incorporar recursos estéticos e artísticos, possibilitando o surgimento das competências dos alunos, que, na maioria das vezes, não encontram

espaço no ambiente escolar. A questão do turismo pedagógico não se restringe à visita escolar, mas implica também a produção intelectual na perspectiva da produção científica que se traduz em artigos, monografias de graduação, especializações, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

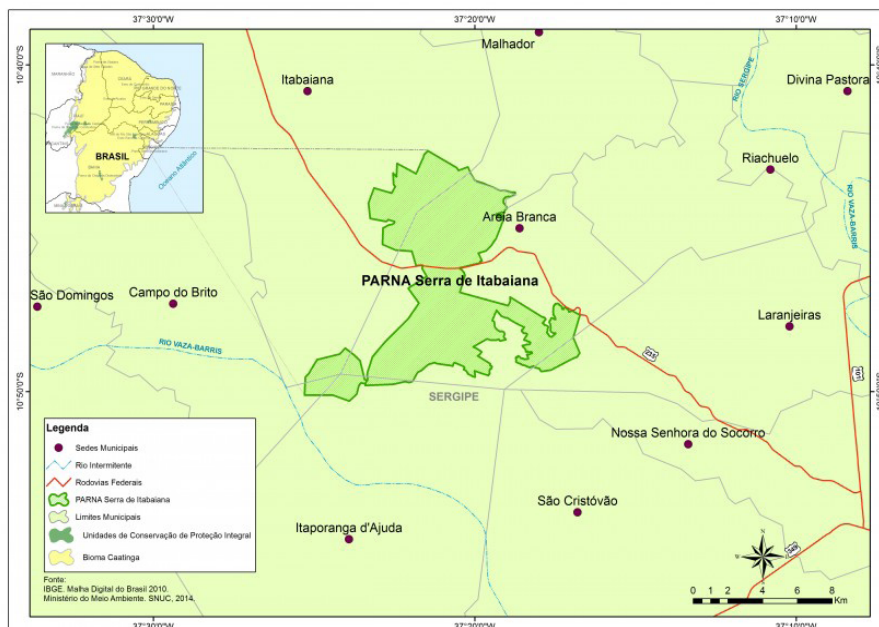
Assim, devem ser tomados como exemplos os centros de pesquisa, a saber: universidades públicas e privadas, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e outros centros de pesquisa e municípios. Nessas instituições há registros de importantes trabalhos realizados em unidades de conservação e, principalmente, em Parques Nacionais. Exemplos nas proximidades do Parque Nacional da Serra de Itabaiana são a Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Instituto Federal de Sergipe (IFS), a Universidade Tiradentes (UNIT) e as diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Sergipe.

Em Portugal, nas proximidades do Parque Nacional da Peneda-Gerês destacam-se as investigações realizadas pelo Instituto Politécnico do Porto (IPP), Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e Instituto Politécnico de Bragança (IPB), onde localizamos inúmeros trabalhos na área de conclusão de cursos de graduação, dissertações e teses, bem como diversos artigos científicos e projetos de pesquisa concluídos e em andamento. Neste particular, destacamos o projeto em curso intitulado TURNOUT (Desenvolvimento do Turismo de Ar Livre na região Norte) de uma equipa de investigadores. O principal objetivo é avaliar o Turismo de Ar Livre (tanto a oferta como a procura) e as condições de desenvolvimento da região Norte de Portugal, e contribuir para a valorização dos recursos e equipamentos associados, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento sustentável do turismo competitivo. produtos e atividades. Este projeto ainda está em andamento e deverá ser concluído no final de 2021.

5 Breve caracterização do Parque Nacional da Serra de Itabaiana

O Parque Nacional Serra de Itabaiana é uma UC (Unidade de Conservação), com 8.024,79 hectares, inserida no Bioma Mata Atlântica, criada em 15 de junho de 2005 [7]. Está inserido no Polo Turístico da Serra Sergipana, juntamente com os municípios das Mesorregiões Geográficas do Agreste Sergipano e Leste Sergipano, a saber: Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Campo do Brito, Itaporanga D'Ajuda e Malhador, que foi inserido porque está dentro dos limites da UC. O acesso à sede do PARNA Serra de Itabaiana se dá pela BR-235, Km 37, Município de Areia Branca [8-10]. Localiza-se entre os municípios sergipanos de Itabaiana e Areia Branca, compreendendo as serras do Cajueiro, Comprida e Itabaiana, sendo este último o maior deles. Sua altitude varia de 400 a 659 metros e dista aproximadamente 40 km de Aracaju, capital do estado, conforme mostra a Figura 1.

Figure 1 - Map of Serra de Itabaiana National Park [11]



Fonte: PSI Homepage. <https://www.fundaj.gov.br/index.php/parna-serra-de-itabaiana>.

Accessed 15 Jun 2024

O Plano de Manejo (MP) publicado em junho de 2016, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), está estruturado em duas partes: a primeira, o diagnóstico, que apresenta toda a caracterização, incluindo levantamento da visitação, e a segunda, que envolve o planejamento, incluindo entre outros aspectos, a visão de futuro, estratégias de atuação, zoneamento e regras gerais de uso e administração da UC.

Carvalho e Vilar [12] observam que a Serra de Itabaiana é um dos locais mais representativos onde ainda há presença de remanescentes de mata e outras formações em condições estáveis de preservação.

Assim, estas são razões mais que suficientes para que esta área protegida goze das prerrogativas aqui propostas e, ao mesmo tempo, reúna todas as condições para o exercício do turismo pedagógico.

O Parque possui rica fauna e flora, fazendo parte das opções de turismo de natureza desenvolvidas no estado de Sergipe. Recebe visitação frequente composta por público em geral, além de estudantes, professores e pesquisadores.

5.1 Turismo Pedagógico no Parque Nacional da Serra de Itabaiana

O turismo pedagógico em áreas protegidas como instrumento de educação ambiental para diversos públicos é uma realidade em diversos países. Em Sergipe, particularmente no Parque Nacional da Serra de Itabaiana esta prática é muito expressiva. Contudo, cabe ressaltar que tal prática ainda necessita de maior incentivo por parte do governo que é o gestor máximo desta unidade. Outro apoio fundamental para que este

tipo de turismo continue a prosperar é a questão da sustentabilidade econômica e da organização do receptivo do próprio Parque.

Na questão da sustentabilidade econômica, é importante entender que a gestão do parque é mantida apenas pelo Governo Federal através de convênio com o ICMBio. Voltando à questão do potencial do parque como laboratório vivo para a prática do turismo pedagógico, cabe destacar que: o geossistema e a estética da paisagem da Serra de Itabaiana permitem a percepção de uma variedade de cenários por parte do observador comum, das micropaisagens às macropaisagens, cuja estética é capaz de estimular todos os componentes sensoriais pela diversidade de formas, cheiros, cores, sons, sabores, luzes, textura, a atmosfera das madrugadas, brumas e nuvens, entardeceres, luas nas montanhas [13].

Neste sentido, para o expediente do turismo pedagógico certamente, a prerrogativa do desenvolvimento do sentido analítico e crítico enquadra-se de forma muito oportuna ao momento em que promove a descon-tinuidade em relação ao ambiente habitual da sala de aula como local de aprendizagem. Assim, esse contraponto resulta em ganhos no processo de ensino-aprendizagem. Neste ponto cabe ressaltar que o Parque Nacional Serra de Itabaiana já incorporou essa prática em seu cotidiano, como foi possível verificar *in loco* e também em todos os canais de registros do parque. Ressalta-se que o turismo pedagógico é uma ferramenta de educação ambiental que, na prática, demonstra a teoria das salas de aula.

Neste caso, é vivenciado junto à natureza, no campo, onde os alunos entram em contato com a comunidade local, vivenciam as dificuldades do cotidiano da localidade, adquirem novos conhecimentos e informações sobre o campo, interagindo com os atrativos e recursos turísticos visitados. Cabe destacar também que o cenário composto pelo patrimônio natural do Parque Nacional em estudo sempre foi palco de experiências e

manifestações socioculturais e religiosas incorporadas ao patrimônio cultural do estado de Sergipe, o que faz da Serra um lugar especial capaz de sensibilizar e despertar na percepção dos visitantes uma gama de significados, sensações e interpretações pessoais, remetendo-os a um clima de magia, em suma, uma experiência única, mesmo para quem busca o conhecimento objetivo de seus elementos, conforme depoimentos colhidos nas entrevistas com gestores e equipe de manutenção do parque. Podem também ser destacadas outras atividades que são desenvolvidas no parque e que de certa forma implicam a dimensão pedagógica e até mesmo a educação para o uso sustentável do parque.

Todas as atividades devem obedecer ao Plano de Manejo [14], documento que contém as condições de uso do parque.

6 Breve caracterização do Parque Nacional da Peneda-Gerês

O Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971, localiza-se na região Norte de Portugal abrangendo o território de 22 municípios ou freguesias que se circunscrevem nos “municípios” de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro, totalizando uma área de 70.290 hectares. Deste montante, 5.275 pertencem ao Estado, são as Florestas Nacionais sob gestão do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. O montante de 45.577 é terreno baldio e o restante, 19.438 da área é reconhecidamente propriedade privada, conforme mostra a Figura 2. É a segunda elevação mais alta de Portugal Continental, com 1546 metros de altitude de cume e que integra o sistema montanhoso da Peneda-Gerês, conforme folha do Instituto Geográfico do Exército [16].

Figure 2 - Map of Serra do Gerês [15].



Fonte: Homepage. <http://www.serradogeres.com/index.php/9-newsflash-module?start=4>. Accessed 15 Jun 2024.

Esta área protegida forma um conjunto com o parque natural de Espanha da Baixa-Limia-Serra do Xurê, criado em 1997, o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurê, a que está associado a reserva da biosfera intitulada com a mesma nomenclatura [17]. Verifica-se também que as bacias hidrográficas dos rios Lima, Homem e Cávado, que atravessam e povoam este território, sempre condicionaram a ocupação humana desta região, onde as chuvas são abundantes e os índices de humidade elevados.

A maior parte das montanhas foram humanizadas em continuidade, o que remonta ao período Neolítico e à invenção da agricultura e da pastorícia. Hoje em dia o território do parque conta com 114 aldeias, onde vivem cerca de 10.000 habitantes. As atividades mais importantes são: agricultura, pastorícia e pecuária. Assim, de acordo com o documento de trabalho

intitulado “Estratégia e Plano de Ação para o Turismo de Natureza no Minho” é importante considerar que o Parque Nacional da Peneda-Gerês, assume o papel de destinos de turismo de natureza, representando os principais centros de atração ou interesse turístico. Além das áreas protegidas Natura 2000 e dos sítios classificados, a região beneficia da coexistência de territórios de montanha, fluviais e marítimos. Estas são de fato as grandes unidades de ambientes paisagísticos ou físicos considerados, por excelência, como espaços de apoio às atividades turísticas e experiências de passeios pela natureza [19].

Estas são de fato as grandes unidades paisagísticas ou ambientes físicos considerados, por excelência, espaços de atividades e experiências turísticas de passeios de natureza. O Parque Nacional da Peneda-Gerês apresenta características rurais que correspondem a grande parte do território da região do Minho. O Parque Nacional apresenta também condições muito interessantes para o desenvolvimento do turismo de natureza, que é também o turismo pedagógico.

O Minho é, portanto, uma região abençoada no que diz respeito à existência de condições físicas e naturais, passando, mais facilmente, a poder afirmar-se pelo produto turístico - turismo de natureza, orientado para os segmentos de visitação em áreas protegidas, turismo atividades associadas à montanha, aos rios e ao mar e vivências no meio rural. Neste contexto, existe um potencial significativo para a prática do Turismo Pedagógico, tendo em vista a diversidade de cenários, paisagens, recursos naturais, experiências e muitas outras possibilidades.

De referir que a tutela da Peneda-Gerês pertence ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), sendo gerida pelo Departamento de Gestão das Áreas Classificadas do Norte. Assim, as regiões da serra do Norte de Portugal são a única área de proteção nacional que

possui a categoria de Parque Nacional, o nível mais elevado de classificação de áreas protegidas [18].

6.1 Potencial de Turismo Pedagógico no Parque Nacional da Peneda-Gerês

Alguns dados são importantes para iniciar a discussão sobre a expansão do turismo que se pratica no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Em termos gerais o setor hoteleiro em Portugal registou 2,7 milhões de hóspedes e 7,1 milhões de dormidas em junho de 2019 [19]. É importante destacar, que especificamente na área do turismo de natureza, a informação preliminar também aponta para dados muito encorajadores embora até ao momento da conclusão deste artigo não disponhamos de dados estatísticos precisos.

O turismo pedagógico em áreas protegidas, no caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês é certamente uma direção muito importante e pode ser verificada a vários níveis. Este artigo destaca apenas dois níveis: no primeiro podem caber as instituições de ensino e pesquisa como as Universidades e congêneres que para lá se dirigem e que elaboram projetos e artigos científicos ou estudos e pesquisas de pós-graduação.

O segundo nível de alcance pedagógico, praticado no parque, ocorre por meio da ação dos gestores do parque. Neste item será destacado apenas um aspecto: aquele que diz respeito à atuação da NaturMinho. É um projeto âncora do produto Turismo de Natureza do Provere Minho In, sob a coordenação da ADERE-PG, associado a uma equipa de trabalho que envolve: ADERE-PG, CIM Alto Minho, CIM do Cávado, CIM do Ave.

Neste projeto verifica-se que existem diversas ações pedagógicas que são realizadas nas cinco portas de entrada do PNPG (Arcos de Valdevez, Mezio, Lamas de Mouro, Lindoso, Campo do Gerês), representadas pelo centro de informação e recepção de visitantes e interpretação do território, com as seguintes valências: informação sobre o PGNP e o “município”, atividades de educação ambiental, exposição temática sobre habitats e espécies características, auditório e oficina temática, parque temático sobre a forma de povoamento característico e Parque de lazer. Com este quadro de referência que é propriamente o instrumento de trabalho do projeto âncora NaturMinho é possível verificar que o PNPG já conta com uma quantidade muito significativa de atividades que implicam turismo pedagógico.

Se por um lado esta nomenclatura não é utilizada pelos seus autores, por outro lado, a natureza destas ações enquadra-se claramente no perfil de ações que os próprios autores chamam de “Educação e Interpretação do Território”. Porém, resta apenas verificar o alcance de cada ação e depois catalogá-la. É importante dizer ainda que o PGNP agrega uma localidade de grande interesse geológico, onde se observam testemunhos da ação dos processos tanto da dinâmica interna como da dinâmica externa da terra ao longo do tempo geológico. Podem-se destacar entre os elementos observados desta geodiversidade: a variedade de rochas graníticas, a ocorrência de rochas metamórficas e rochas sedimentares; a diversidade de geoformas, existentes em diversas escalas de observação e resultantes de vários tipos de processos. Alguns dos sítios são geossítios de relevância regional e até nacional, com valor intrínseco associado às tipologias: científica, didática, estética, cultural e ecológica.

7 Considerações Finais

Considerando os dados preliminares ainda aqui coletados, é possível traçar algumas pistas para considerações finais. Certamente, ambas as unidades em estudo deverão ser enquadradas como grandes e complexos sistemas disponibilizados pela natureza com riquezas imensuráveis, fundamentais para o equilíbrio ecológico e humano, com evidente aptidão para a prática do Turismo Pedagógico.

No entanto, importa referir que em ambos os parques a questão da sustentabilidade na vertente da gestão é muito problemática, embora esta questão exija a verificação de mais dados e a correspondente análise, algo que está em curso e que será apresentado no final desta pesquisa. Também, a título preliminar, é possível atestar que o valor e o reconhecimento dos parques são incontestados pelas mais altas instituições de ensino e investigação e pelas autoridades políticas a nível local, nacional e internacional. São laboratórios naturais imponentes, insubstituíveis, únicos que importam ser cuidados e preservados nos parâmetros de sustentabilidade nos seus vários níveis, algo que já está a acontecer antes das suas instituições como parques. Contudo, constatou-se que os recursos para manutenção são insuficientes.

Os parques carecem de maior número de efetivos de combate florestal, o que é perceptível pela simples observação.

No Parque Nacional da Serra de Itabaiana, no momento da entrevista, havia um coordenador, três analistas e um estagiário e seis guardas florestais, número insuficiente para fiscalização. No Parque Nacional da Peneda-Gerês a falta de guardas florestais é também uma realidade enfrentada pelos gestores do parque. Faltou também um maior investimento

em tecnologias que melhor garantam: segurança, conforto, logística para o turismo pedagógico e o turismo em geral. Outra questão problemática é a manutenção das trilhas e o atendimento aos trekkers.

Estas são algumas demandas verificadas, porém na conclusão final do estudo que ainda está em andamento, será verificado se este estado de ocorrências foi modificado, ou seja: atendido, parcialmente atendido ou não atendido. Por fim, vale ressaltar a disposição e o comprometimento dos gestores de ambos os parques em atender satisfatoriamente às demandas aqui apontadas como deficientes.

Agradecimentos

Flaviano Fonsêca, Jorgenaldo dos Santos and Lício Vieira thank to the Internationalization Program of the Federal Institute of Educations, Science and Technology of Sergipe, Rectory (IFS) and Pro-Rectory of Research and Extension (PROPEX), through the Teaching Productivity Program (PPD/2019/20).

Fernanda A. Ferreira thanks to the Project “TURNOUT: Desenvolvimento do Turismo Outdoor da Região Norte de Portugal”, with the reference POCI-01-0145-FEDER-032289, and funded by the European Regional Development Fund (FEDER) (through the Operational Programme ‘Innovation and competitiveness’) and by the Portuguese Foundation for the Development of Science (FCT), of the Ministry of Science, Technology and Higher Education. This work is, also, funded by National Funds through the Foundation for Science and Technology under the project UIDB/04752/2020.

Referências

ANDRADE, J.V.: **Turismo, fundamentos e dimensões**. 8th edn. São Paulo (2004).

ANSARAH, M.G.R.: Teoria Geral do Turismo. In: Ansarah, M.G.R. (Org.) **Turismo: como aprender, como ensinar**. SENAC, São Paulo (2001).

BARDIN, L.: **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego and A. Pinheiro, Trads). Edições 70, Lisboa (2009).

BENI, M.C.: **Análise Estrutural do Turismo**, 7th edn. SENAC, São Paulo (2002).

CARVALHO, C.M., VILAR, J.C.: **Parque Nacional Serra de Itabaiana: levantamento da biota**. UFS, São Cristóvão (2005).

DECRETO s/n de 2005. Brasília, DF Homepage (2005). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10557.html. Accessed 15 Dec. 2019.

HOMEPAGE. <http://www.serradogeres.com/index.php/9-newsflash-module?start=4>. Accessed 15 Jun. 2020.

HOMEPAGE. <http://www2.icnf.pt/portal/ap/pnpg>. Accessed 17 Jun. 2019.

HOMEPAGE. <https://www.cm-melgaco.pt/visitar/conheca-melhor/turismo-de-natureza/parque-nacional-peneda-geres/>. Accessed 15 Jun. 2019.

HOMEPAGE. https://ec.europa.eu/eurostat/web/rss/Portugal_pt.%20Acesso%20em%2005%20de%20julho%20de%202019. Accessed 05 May 2020.

HORA, A.S.S., CAVALCANTI, K.B.: Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: Rejowski, M., Costa, B.K. (Orgs.) **Turismo Contemporâneo:**

desenvolvimento, estratégia e gestão, São Paulo: Atlas (2003).

ICMBio Homepage. <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2211-parna-serra-de-itabaiana>. Accessed 15 Jun. 2019.

INSTITUTO Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente. Plano de Manejo Parque Nacional Serra de Itabaiana. Brasília, DF (2016)
Jun. 2020.

MANAGEMENT plan of PARNA Serra de Itabaiana. Homepage. http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/dcom_plano_de_manejo_Parna_Serra_de_Itabaiana.pdf. Accessed 17 Jun. 2020.

MENEZES, L.C.: **Uso Sustentável da Serra de Itabaiana**: Preservação ou Ecoturismo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe Homepage (2004). <https://ri.ufs.br/jspui/handle/123456789/4343>. Accessed 15 Jun. 2020.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Turismo. Programa de turismo nos parques. Brasília, DF (2008).

PERINOTTO, A.R.C.: **Turismo Pedagógico**: uma ferramenta para educação ambiental. In: Caderno Virtual de Turismo, 8(1) (2008).

PSI Homepage. <https://www.fundaj.gov.br/index.php/parna-serra-de-itabaiana>. Accessed 15

https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_do_Ger%C3%AAs. Accessed 15 Jun. 2020.

<https://aderepenedageres.wixsite.com/naturminho/naturminho>. Accessed 05 May 2020.

Capítulo 3

ENSAIO TEÓRICO SOBRE A GESTÃO DE TURISMO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA – UMA PERSPECTIVA SEGURA E SUSTENTÁVEL

Dr.Flaviano Oliveira Fonsêca, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe,
f flaviano.fonseca@academico.ifs.edu.br.

Dr.Jorginaldo Calazans dos Santos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, f flaviano.fonseca@academico.ifs.edu.br.

RESUMO

Este capítulo é uma contribuição teórica com um debate sobre a gestão do turismo enquanto fenômeno humano pluridimensional e intersetorial diante do contexto pós-pandemia COVID-19. Propõe medidas favoráveis ao setor em vista de superar a crise. A pesquisa é do tipo descritiva e utiliza a abordagem quantitativa. O repertório de proposições positivas considerou: o repensar dos destinos turísticos, a segurança do turista e as perspectivas de recuperação para o setor hoteleiro à luz da base das orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT) para um reinício seguro e sustentável. Para isso, foi desenvolvida uma interpretação da realidade pandêmica mediante consulta aos documentos oficiais e acadêmicos, livros, entrevistas com especialistas e estatísticas. Dessa forma, a gestão e a governança do turismo para o tempo de pós-pandemia requerem novas configurações. O setor turístico deverá agir de forma multidirecionada levando em conta o empreendedorismo, as iniciativas locais e as experiências já bem sucedidas no contexto pandêmico. Investir nesses caminhos implica diálogos precisos nas ações público-privada. Além disso, a contribuição da academia no incentivo aos estudos, às pesquisas e à formação de profissionais agregam valor ao turismo diante do “novo normal”, visando à retomada segura ao turista e ao crescimento dos negócios que

estão sempre a exigir profissionais de turismo confiantes e qualificados para os desafios do novo contexto.

Palavras-chave: Turismo; Ensaio teórico; Gestão; e Covid-19.

ABSTRACT

This article is a theoretical contribution with a debate on tourism management as a multidimensional and intersectoral human phenomenon in the context of the post-COVID-19 pandemic. It proposes measures favorable to the sector in order to overcome the crisis. The research is descriptive and uses the quantitative approach. The repertoire of positive propositions considered: the rethinking of tourist destinations, tourist safety and the prospects of recovery for the hotel sector in the light of the basis of the guidelines of the World Tourism Organization (WTO) for a safe and sustainable restart. To this end, an interpretation of the pandemic reality was developed by consulting official and academic documents, books, interviews with experts and statistics. Thus, tourism management and governance for the post-pandemic period requires new configurations. The tourism sector should act in a multidirected manner taking into account entrepreneurship, local initiatives and experiences that have already been successful in the pandemic context. Investing in these paths implies precise dialogues in public-private actions. In addition, the academy's contribution to encouraging studies, research and training of professionals adds value to tourism in the face of the "new normal", aiming at the safe return to tourists and the growth of businesses that are always demanding confident tourism professionals and qualified for the challenges of the new context.

Keywords: Tourism; Theoretical essay; Management; and Covid-19.

1 Considerações Iniciais

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) define turismo como atividade do viajante que visita uma localidade diferente do local em que reside, por um período inferior a um ano, e com propósito principal diferente do exercício de atividade remunerada diante do local visitado. Trata-se de um fenômeno humano pluridimensional e intersetorial que envolve fatores econômicos e socioculturais, e demanda deslocamento planejado.

De fato, ao reunir diversos fatores, deve-se notar que tudo isso tem a ver, necessariamente, com “a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transportes e o alojamento, (...) sonhos, desejos, imaginação projetiva, enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios” (Beni, 1998, p. 37). Estes aspectos são o eixo propulsor para que os serviços essenciais prestados pelo setor turístico, dentre os quais, destacamos o deslocamento, a alimentação e a hospedagem. Logo, importa perceber que a existência de um planejamento é extremamente necessária, seja ele realizado pelo próprio viajante ou por especialistas no assunto. Dentre os elementos presentes neste planejamento destacamos ainda, a necessidade de se pensar em itinerários e vias a serem tomadas; no consumo de produtos e suvenires durante o período da viagem; e, nas aquisições de ingressos para espetáculos, shows e eventos, entre outros tipos de serviços.

Assim, partindo das reflexões sobre o funcionamento da atividade turística, este artigo tem por objetivo analisar as reais perspectivas para o turismo diante de um contexto pós-pandemia em virtude do novo comportamento imposto pela COVID-19.

A leitura crítica efetivada conduziu às inquietações diante das medidas adequadas para tempos incertos e situações jamais previstas. Por exemplo, a crise sanitária penitenciada pela COVID-19 provocou sérios agravantes para sociedade, refletindo um fator preocupante à atividade turística. É notória uma atenção individual com o turista e as alternativas com as quais ele irá se deparar neste novo contexto. Outra preocupação envolve a atuação das pequenas, médias e grandes empresas mediante possíveis encaminhamentos pós-pandemia. Neste ponto, o presente artigo analisa também a situação da hotelaria urbana e aponta as perspectivas do longo caminho para a sua recuperação. Por fim, atentou-se para as recomendações da OMT e seu posicionamento na interpretação dessas proposituras.

O debate proposto neste artigo se encaminha para a compreensão de novos modelos que atendam ao turismo. Esta nova conjuntura porvir dependerá das trocas de experiências entre os profissionais da área, da criatividade dos gestores e dos empreendimentos, das parcerias público-privadas e, também, das releituras da realidade elaboradas pelos estudiosos e por pesquisadores em seu conjunto. É possível vislumbrar que a resposta para o pós-pandemia ocorra mediada por um consórcio coletivo de ideias e de práticas reavaliadas, agregando valores a partir das iniciativas e experiências que incluam cuidados e protocolos recomendados pelas autoridades e instituições em consonância com as orientações propostas pela OMT.

2 O turista no contexto da pandemia

A caracterização do momento atual pode ser representada pela canção de Gilberto Gil (1984), quando diz “vejam como as águas de repente ficam sujas (...) tudo agora mesmo pode estar por um segundo (...)

Tempo rei. Transformai as velhas formas do viver”. A metáfora construída a partir deste trecho serve de interpretação para o novo cenário pandêmico que modificou comportamentos em escala global. De fato, a população planetária teve que rever suas práticas sociais. Representa, inclusive, novos desafios para o *trade* turístico.

Inicialmente, o foco estará nos limites e possibilidades do turista em si. Afinal, este agente propulsor da atividade se vê cerceado do livre exercício de ir e vir, de experimentar realidades, e compartilhar experiências prazerosas ao se deslocar do seu lugar de residência por um determinado tempo.

Desta forma, os novos comportamentos determinados pela COVID-19 atingiram diretamente não só o turista, mas afetou milhares de famílias que dependem economicamente da atividade turística. Por exemplo, bares, restaurantes, rede hoteleira, agências de viagens, mais os serviços indiretos e informais, tais como: vendedores de coco, de iguarias típicas da região (queijadinha, tapioca, acarajé, beiju molhado, entre outras), a variedade do artesanato. A suspensão da atividade turística se fez necessária a fim de preservar a vida de todos envolvidos no turismo e, consequentemente, numa cadeia de grupos, sobretudo, os familiares. Além disso, as medidas decretadas pelos órgãos públicos estadual e municipal também serviram de instrumento para conter o avanço da doença e, também, atenuar a incidência de casos. Logo, o distanciamento e isolamento social se faz necessário para controlar o acesso ao Sistema Público de Saúde (SUS) que, historicamente, já convivia com restrições antes deste cenário pandêmico devastador. Em outros países, a sobrecarga à assistência médica de combate ao novo coronavírus atinge níveis elevados, em diferentes localidades nos cinco (5) continentes. Além destes impasses, enfrentamos consequências das duas razões anteriores em relação aos

meios de transportes terrestre, marítimo e aéreo que foram paralisados, culminando com a estagnação total do turismo mundial.

O cenário preocupante provocado pelo novo coronavírus reflete, consideravelmente, no comportamento do turista que, diante do medo do contágio, tende a evitar qualquer situação que possa colocar a sua saúde em risco, assim, cancelou ou adiou as viagens que havia programado. Alguns países, por medida de segurança, também bloquearam ou impuseram restrições a estrangeiros, principalmente em caráter de visitante. Segundo Lima (2020), algumas fronteiras estão sendo reabertas, seguindo os cuidados conforme observância de protocolos sanitários. Como exemplo, Portugal vem permitindo a entrada de brasileiros que apresentem atestado negativo para Covid-19. Conforme Bergamo (2020), são admitidos apenas os voos com origem em São Paulo ou Rio de Janeiro para Lisboa. A mesma permissividade não se dá, caso o embarque ocorra por Brasília (DF) cujo acesso não está liberado para este destino.

Segundo a OMS, as restrições para o Brasil precisam ser mais rígidas, pois, o índice de contágio, tendo referência o mês de junho de 2020 é de 1,03, considerado muito elevado. Essas restrições de movimento implicaram na diminuição da mobilidade relacional, bloqueando por completo às atividades de turismo. Na análise de Beni (2020a), o mundo mudou, a pandemia trouxe uma nova realidade e ter-se-á que aprender a conviver com esse novo cenário. É perceptível que o mundo se deparou entre pesadelo real e virtual, pois, não somente o turismo foi afetado, mas outros setores tiveram que se reinventar como a classe artística, entre shows e espetáculos, por exemplo. Como dito anteriormente, o mundo atual mudou e precisamos nos adaptar a esta nova configuração que se prorrogará por um tempo indefinido, ou, até as realidades oferecerem segurança à integridade física e social. Importa repensar a recepção e o acolhimento do hóspede a

fim de minimizar os impactos econômicos que o setor vem amargando em decorrência da pandemia.

O Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, após 97 anos atuando no setor de hotelaria, no dia dez (10) de abril anunciou o encerramento de suas atividades, estipulando a reabertura para o dia vinte (20) de agosto² deste ano. Diante dessas incertezas, o turista está desolado e o setor responsável pela promoção das atividades turísticas se vê instigado a buscar alternativas para as situações limitantes impostas pela pandemia.

3 As perspectivas para o setor hoteleiro pós Covid-19

Falar sobre as condições materiais necessárias que permitem o turista permanecer no destino escolhido significa tratar propriamente dos meios de hospedagem, de um modo geral, seja ele qual for: hotéis, pousadas, resort, albergues, dentre outros. Neste ponto, conforme o teor deste artigo deve-se admitir que, o setor de hoteleiro fora brutalmente impactado pela pandemia. Isso pode ser confirmado a partir de uma pesquisa liderada pela Hotelinvest, em parceria com a Omnibees, a STR e o FOHB (2020). Trata-se de um documento detalhado e com dados coletados desde o início da pandemia e com projeções capazes de alcançar até o ano de 2023. A entidade publicou a primeira edição de uma análise bem detalhada sobre os caminhos da recuperação da hotelaria brasileira pós COVID-19, intitulada: Recuperação da hotelaria urbana no Brasil.

Essa pesquisa tratou da ocupação diária média dos hotéis no Brasil considerando os impactos gerado pela pandemia e projetou as perspectivas de retomada das atividades para a rede instalada nos espaços urbanos

² Hotel Copacabana Palace. Disponível em: <<https://copacabana.com/hotel-copacabana-palace>>. Acesso em 07/07/2020.

em todo o território nacional. Segundo o documento o objetivo da pesquisa é fornecer parâmetros confiáveis que auxiliem os gestores a empreenderem estratégias na gestão dos negócios em vista de saída da crise.

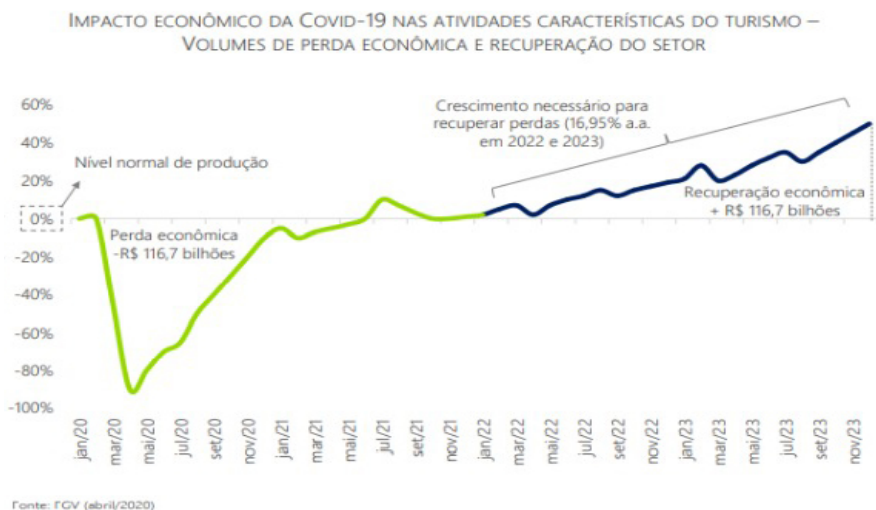
A pesquisa destaca, que a China, onde tudo se originou, em fevereiro de 2020, a taxa de ocupação era de 50% e que em abril do mesmo ano apenas 10% dos estabelecimentos estavam fechados. No caso da Europa a retomada está sendo gradual, porém ainda muito baixo os índices de retomada. Com relação ao Brasil a retomada dos negócios dependerá muito do controle da pandemia. Em junho, quando do lançamento deste estudo, a consulta relativa à “Oferta de Disponibilidade Hoteleira” de iniciativa conforme os dados do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), dos 844 empreendimentos que participaram da pesquisa, 64% encontravam-se fechadas e, dentre eles os resorts foram os mais afetados com 93% da oferta indisponível.

Tomando como base este estudo é possível contatar que, impulsionado pelo carnaval as ocupações logo no início de 2020 até o mês de março foram expressivas. Entretanto, no período subsequente o setor experimentou queda vertiginosa nos dígitos de 80% e 88% até maio e nos pernoites para os meses seguintes as perdas nas reservas somara os índices de 61% a 69%.

Em se tratando de recuperação propriamente para o setor as estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicam um caminho ainda mais longo conforme pode ser visto na figura 2, abaixo. Neste ponto, a FGV aponta que apenas no ano de 2023 é que alcançaremos um patamar razoável de recuperação, isso diante do cenário de grandes incertezas que envolve o controle da COVID-19 no país. Assim, restam poucas saídas para os gestores de negócios turísticos ligados ao setor de hospedagens uma vez que as inseguranças impõem uma parada nos deslocamentos. Tal si-

tuação impacta negativamente as reservas para o setor com consequências sociais, o desemprego e econômicas com o encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o país.

Figura 1 - Impactos Econômicos da Covid-19 nas atividades Características do Turismo



Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2020.

Para a recuperação da hotelaria no Brasil pós- COVID-19, o estudo da Hotelinvest apontou três cenários: conservador, que previa a reabertura total dos hotéis até julho de 2020; moderado que previa a reabertura total dos hotéis até agosto de 2020; e otimista, que pensava reabertura total dos hotéis até setembro de 2020. Conforme, tabela 01:

Tabela 01 - Premissas par os cenários das Projeções

	Otimista				Moderado				Conservador			
	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
Controle da disseminação da Covid-19	Final de junho	Sem novas fortes ondas de contágio			Final de julho	Sem novas fortes ondas de contágio			Final de agosto	Sem novas fortes ondas de contágio		
Reabertura total dos hotéis	Até julho de 2020				Até agosto de 2020				Até setembro de 2020			
PIB	-4,0%	3,5%	3,2%	3,0%	-5,5%	3,2%	3,0%	3,0%	-8,5%	2,9%	2,5%	3,0%
Normalização da demanda nacional	Até 2022				Até 2023				Até 2024			
Normalização da demanda regional	Até 2021				Até 2022				Até 2022			
Normalização da demanda internacional	Até 2023				Até 2024				Até 2024			
Fim de todas as restrições	Início de 2023				Início de 2024				Fim de 2024			

Fonte: Quinvert, FMI, Bradesco, Itaú, Boletim Focus, UBS e Capital Economics
Organização: SANTOS, J. C. (2020)

Um dado importante sobre a pesquisa é que a mesma fora realizada com foco na cidade de São Paulo, em todo caso, não seria desmesurado estendê-lo para outras regiões do país ou mesmo para alguma situação particular de algum empreendimento desde que com adaptações que a Hotelinvet sugere na figura nº 2:

Figura 2 - Etapas prévias para adaptar as projeções de recuperação

ETAPAS PRÉVIAS PARA ADAPTAR AS PROJEÇÕES DE RECUPERAÇÃO (QCC, ADR E REVPAR) A CADA DESTINO DESEJADO



Fonte: Hotelinvet

Fonte: Hotelinvet, 2020.

É importante destacar os seguintes elementos: seleção dos hotéis com atenção para históricos de ocupação de 1º de janeiro de 2019 até o presente; estimativa de potencial de demanda atual e futura; segmentação das demandas em vista da realidade local; análise efetiva disseminação e controle da pandemia na instância regional; perspectivas de normalização das atividades econômicas na micro e macro região e, por fim, a estimativa de aumento ou redução de ofertas para o empreendimento em análise.

Diante disso as expectativas dos analistas indicam que, para alcançar os níveis de ocupação do ano 2019, numa visão otimista demandará 2,6 anos, numa visão moderada 3,3 anos e numa perspectiva mais conservadora 4 a 5 anos. Com isso, há que se esperar uma lenta e gradual recuperação. Uma questão que merece destaque é que para alguns analistas do estudo há de se considerar que a partir de janeiro de 2021, certamente o país experimentará uma normalidade mais positiva.

Neste sentido, cremos que o advento de uma vacina, ainda que em caráter emergencial, como o cenário atual está apontando, é muito provável que não será necessário todo esse tempo para uma recuperação mais efetiva para o setor e poderá modificar os rumos de qualquer previsão a longo prazo.

4 Saída para a crise – O planejamento turístico para o pós-pandemia

Segundo Mario Beni (2020b, p.1), o “turismo está sujeito a vetores de transformação de diferentes origens. Importantes e recentes desenvolvimentos revelam tendências de consumo, conduzidas por novos padrões

e valores da sociedade, da família, das inovações tecnológicas, globalização (...)", isso considerando os tempos de normalidades vividos até o início do ano 2020.

Deve-se considerar ainda que tais vetores de transformação podem obedecer a uma lógica de fenômenos que dependem das ações do homem em sociedade, impondo-lhe mudanças e redirecionamentos profundos diante das "mudanças climáticas, retratilidade econômica, convulsões sociais, imigração em massa, instabilidade política, insegurança nos modais de transportes, riscos meteorológicos e geológicos (...)" (*Idem*) e, nos dias atuais, à pandemia provocada pela COVID-19.

Na mesma linha de incertezas, o questionamento agora é dirigido mais para os negócios turísticos, sejam eles pequenos, médios e grandes empresas. Neste sentido, foi enfatizada a atenção para as adaptações que se deve dispor para prosseguir com a atividade turística diante do "novo normal" pós-pandemia.

A possibilidade de responder a essa questão com algum grau de acerto é muito difícil. Entretanto, Beni (2020) arrisca uma opinião quanto a isto, ou seja, segundo ele, no caso do Brasil, tudo isso ainda vai demandar muito tempo, pois, quando a curva do gráfico registrar escala decrescente nos casos, a reabertura do comércio não essencial, os shoppings e espaços culturais – espaços que circulam grande quantidade de pessoas, terão também que se reerguer paulatinamente.

Em relação a atividade turística, importa considerar uma retomada por etapas. A primeira etapa, envolve a organização dos voos executivos, ou seja, o turismo de negócios, quando as pessoas precisam viajar em função das suas atividades empresariais. Neste momento, os voos devem retornar observando os protocolos da OMS e da OMT que as empresas

aéreas terão que implementar rigorosamente. Seguindo os mesmos parâmetros também está a rede hoteleira.

Desde que a pandemia causada pelo novo coronavírus atingiu escala global, de acordo com a ABAV (Associação Brasileira de Agências de Viagens), em março houve uma taxa de cancelamentos de viagens de 85%, além dos pedidos de reembolso, com vários voos cancelados, e os cruzeiros marítimos tiveram que atracar nos portos para cuidar dos seus clientes atingidos pelo Coronavírus e, na mesma medida, repatriar os seus ocupantes. Por exemplo, o cruzeiro navio *Silver Shadow*, vindo das Bahamas, com 318 passageiros e 291 tripulantes, ficou isolado na Costa do Recife (PE), no dia 11 de março 2020, obtendo autorização para embarcar quinze (15) dias após cumprir a quarentena. No Estado do Rio de Janeiro ocorreu caso semelhante, com os barcos ancorados no cais. Outras embarcações, em proporção semelhante também registrado nas águas norte-americanas.

Outro setor que também fará rigorosas adequações para retornar o funcionamento com segurança, serão aqueles voltados para a comercialização de alimentos e bebidas, como restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos afins. Na análise de Beni (2020), a modalidade *delivery* cresceu consideravelmente, sobretudo, ligada às grandes empresas como *Ifood* que, inclusive, comprou outras plataformas tornando-se um conglomerado expressivo para o setor. A crítica mais contundente a este tipo de negócio diz respeito ao monopólio, à ausência de tributação por parte dos países, e, às garantias trabalhistas para os seus colaboradores.

Por fim, a situação pós-pandemia para a rede hoteleira também não será diferente, pois, neste contexto atual, encontra-se em estado de hibernação, administrando cancelamentos ou remarcações das reservas feitas pelos hóspedes, como apresentado anteriormente.

5 Destinos pós-pandemia – oportunidades, possibilidades e segurança

Na retomada das atividades turísticas, visando novos faturamentos, os aspectos que deverão possuir atenção especial estão relacionados aos destinos, à carta de ofertas e às novas demandas, enfatizando o contexto do “novo normal”.

Para Beni (1998), a escolha do destino turístico revela em sua obra uma atenção muito particular que vincula a escolha do destino às condições de possibilidade de um turista, e mesmo sua família, permanecer em determinado local.

Outra questão muito explorada pelo autor e associada ao destino escolhido pelo visitante refere-se aos meios de transportes e o alojamento. Para Silva (2019, p. 229), “o futuro dos destinos turísticos depende da análise da sua forma de desenvolvimento, seu passado e estado atual, seus limites de crescimento (...) infraestrutura, planejamento, controle e qualidade”, pois essas prerrogativas têm sua extensão e complementação em outras dimensões, quais sejam: aperfeiçoamento constante, inovação e diferenciação, com vistas ao potencial mais competitivos. Com isso, no contexto de pós-pandemia, o turismo deverá estar atento para investir e planejar adequadamente os novos destinos, considerando as possibilidades de sucesso ou não de um determinado empreendimento.

Nesse contexto, Azevedo (2020) explana a importância de haver um reposicionamento dos destinos turísticos, conforme seu planejamento. Dessa forma, o *trade turístico* terá que buscar a saída para a crise e apresentar suas próximas ações de promoção, por exemplo. Deve-se rever sua carta de ofertas, seu cardápio de roteiros e produtos, disponibilizando

produtos criativos que potencializem a experiência do turista, agregando uma ação que implique revisar o novo perfil da sua demanda.

Para enfrentar e construir respostas à crise da pandemia, Azevedo (2020) enceta proposituras desafiadoras, condicionadas em cinco (5) perspectivas que contribuem à gestão de turismo no contexto pós-pandemia, sendo:

I - analisar o que foi feito em outros países após momentos de calamidades, crises e instabilidades. **II** - analisar e praticar as principais medidas de segurança sanitária e alimentar e tornar evidente que isso vem sendo feito pelo destino turístico, os futuros consumidores precisarão saber disso na pré-viagem; **III** - trabalhar com valores atrativos, principalmente, a partir de uma análise comparativa dos preços praticados na região; **IV** - investimentos urgentes em rodovias, sinalização, acostamentos, iluminação e tudo aquilo que favoreça o deslocamento rodoviário; **V** - estimular as pessoas que passaram por uma série de dúvidas, incertezas e temores durante a quarentena que o melhor remédio é viajar para um destino que lhe passe segurança (Azevedo, 2020, p. 1).

Neste sentido, a perspectiva de retomada para os negócios turísticos implica ampla pesquisa sobre como o setor, tanto em dimensão nacional quanto internacional, está reagindo e inaugurando novas experiências no trato do turismo, em todas as suas dimensões quais sejam: medidas de segurança alimentar, de transporte, distanciamento social, entre outras, a fim de garantir uma oferta de segurança e confiabilidade para o reinício das atividades. Outro elemento pertinente é o chamado “pré-viagem”, ou seja, um recurso subsidiado por uma análise criteriosa dos lugares para onde se destina neste tempo de pós-pandemia.

Para Azevedo (2020), dentro desse novo “cardápio” de possibilidades, o turista se deixará guiar por destinos mais próximos e que, preferencialmente, seja factível por meio de transportes terrestres e, provavelmente,

o meio de transporte a ser utilizado será o carro próprio. Neste ponto, alguns equipamentos ganham importância fundamental, por exemplo, as rodovias e seu conjunto de ferramentas entre sinalização, fiscalização, acostamentos adequados em toda a extensão da via, manutenção regular do sistema de iluminação, dentre outros requisitos que garantam um deslocamento seguro. A observância de tais fatores incidirão na confiança do turista e, por conseguinte, a repercussão destes itens dependerá, em parte, o sucesso do reinício das atividades turísticas.

Outrossim, Beni (2020a), ao falar de retorno lento para o turismo, ele acredita que essa adequação nas parcerias público-privadas também não ocorrerá de forma automática. Logo, demandará tempo para se efetivar. É preciso que estes esforços sejam empreendidos em tempo hábil a fim de atenuar os impactos na economia para o setor turístico.

Neste contexto de retomada do turismo nos moldes doméstico e rodoviário, Beni (2020), argumenta em favor de três (3) possibilidades: primeiro, relativo ao paisagismo e foco às visitas ao litoral, montanhas e outros roteiros ecoturísticos feitos em pequenas distâncias, valorizando o turismo doméstico; em segundo, existe a possibilidade do turismo na própria América Latina, mas para isso a malha aérea teria que ser revista. Como os voos estão escalonados, atualmente, esta ação é impraticável. Por exemplo, se o visitante queira ir para Cusco, localidade distante a 40 minutos de Manaus, fará longo percurso devido às limitações de acesso. Assim, terá que ir para São Paulo, fazer conexão no Peru – Lima e, a partir daí, embarcar para Cusco. Este tipo de deslocamento, tendo em vista um plano de retomada do turismo para estes novos tempos, seguramente deverá ser revista. A mesma adaptação deverá ser aplicada pelos roteiros turísticos que envolvam os países europeus e da América do Norte, especificamente.

6 As Recomendações da OMT

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o ano de 2020 tem sido uma experiência catastrófica para o setor devido a pandemia, provocada pela COVID-19. De fato, as restrições de viagens provocaram queda de 97% no movimento de turistas internacionais no mês de abril, após uma retração de 55% em março. Com isso, a perda para o setor acumulou a cifra de aproximadamente 195 bilhões de dólares (1,03 trilhão de reais) em moeda nacional.

Para fazer enfrentamento a essa situação foi lançado um documento com orientações globais para direcionar as novas práticas e ações, visando reatar a confiança e promover um reinício seguro e sustentável ao turismo. Neste documento são citados valores e virtudes inerentes a atividade turística, tais como: solidariedade, confiança, resiliência, sustentabilidade, segurança, responsabilidade, dentre outros.

Além disso, o documento está dividido em três segmentos que envolve gerenciamento da crise e mitigação do impacto; desenvolver meios de estímulos para acelerar a recuperação; e assim, preparando-se para o futuro. As principais ações estão diretamente relacionadas à manutenção de empregos; ao apoio aos trabalhadores independentes; à garantia de liquidez das empresas; ao desenvolvimento de habilidades, principalmente digitais; e à revisão de impostos, taxas e regulamentos relacionados ao ramo de viagens.

Com a perspectiva de retomada ao trabalho das atividades turísticas, deve-se levar em consideração a influência da mídia na autoestima tanto dos trabalhadores da área, quando das pessoas que voltarão a viajar. A sensação de insegurança será uma constante no cotidiano das pessoas,

por isso, as campanhas devem ser incisivas e veementes na ideia de retorno à normalidade, sem medo e com segurança. Nesse contexto, o referido documento, propõe, ainda, a diversificação de mercados, produtos e serviços, com investimentos em sistemas de inteligência.

Outro aspecto relevante refere-se à inovação e às tecnologias que precisam ser aplicadas no momento de divulgação e reestabelecimento das práticas turísticas, dentre eles, destacam-se o uso dos aplicativos de reservas e de localização que incentivam o uso de produtos turísticos sem, necessariamente, o contato com outras pessoas. Isso significa que para comprar um pacote turístico, reservar um hotel, comprar ingressos para um espetáculo, dentre outros, será viável efetivar a compra sem manter contatos diretos com as pessoas. Assim também, o autoatendimento e o *delivery*, práticas comuns em outros países, passaram a fazer parte do “novo normal”, envolvendo também os serviços relacionados ao turismo.

No último segmento, o documento enfatiza a promoção de medidas de marketing direcionadas a fim de conquistar a confiança do consumidor. De fato, a ação visa ao turismo presença nas políticas de recuperação e nos planos de ação e atenção à contribuição do setor para o cumprimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável. O turismo requer ajuda e atenção para retomar seu potencial e, conseqüentemente, voltar a influenciar no crescimento da economia.

7 Metodologia

Para responder à situação-problema provocada pela pandemia ao segmento turístico foi utilizado o método descritivo com abordagem qualitativa que fundamentalmente consistiu em **observar, interrogar, coletar,**

analisar, registrar e interpretar os fatos da realidade em análise (Andrade, 2010; Marconi & Lakatos, 2003; Martins & Theóphilo, 2009).

Nesse sentido, foi necessário requisitar um corpus formado por documentos oficiais e acadêmicos, estudos atualizados sobre o impacto da COVID-19 ao segmento, entrevistas com professores e especialistas, além de dados estatísticos publicados em veículos de comunicação oficiais. Também foi resquisita a análise das orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT) no intuito de avaliar os impactos no turismo com vistas ao “novo normal” e reinício das atividades de forma segura e sustentável.

8 Considerações Finais

A gestão e a governança do turismo para o tempo de pós-pandemia terão que ser reinventadas em condição *sine qua non*, ou seja, sem a qual não é possível falar em turismo. Para tanto, a gestão terá que se mostrar multidirecionada ao empreendedorismo e às iniciativas locais. Esses caminhos devem ser priorizados e investidos e que exigirá diálogo firme, colaborativo, transparente, suprimindo demoras, entre os setores da iniciativa privada e do poder público, com vistas à construção de novos cenários e perspectivas. Também, as gerências turísticas regionais, somadas ao alcance lento, mas consistente e planejado para com os destinos dos países vizinhos, pode ser um caminho de retomada viável e seguro para o turismo nacional.

As pesquisas acadêmicas e científicas também devem colaborar para valorização da atividade turística na sociedade. Assim, fomentando estudos e pesquisas, organizando eventos/congressos/seminários/conferências sobre o tema, propondo políticas para influenciar e qualificar

profissionais de turismo conscientes, confiantes e contextualizados com o “novo normal” em vista de balizar a retomada do crescimento. Vivemos em uma nova reinvenção e esse sentimento atinge todas as áreas. Logo, é preciso retomar as atividades estratégicas, planejadas, e avaliadas constantemente, garantindo ao visitante e aos profissionais do setor a segurança exigida pelos protocolos das autoridades de saúde e nas autoridades da categoria. Isso implica investimento e disponibilidade diferentes a tudo o que estávamos acostumados a fazer. Desse modo, possamos estar atentos e preparados aos recuos, caso necessários, ou avanços firmes e paulatinos, com a força de que é possível um reerguimento mesmo diante da intempérie de novas emergências.

Referências

ABAV. **Associação Brasileira de Agências de Viagens**. Disponível em <<http://www.abav.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ANSARAH, Marília G. **Turismo**: segmentação de mercado. São Paulo: Futura, 2009.

ANDRADE M. M. (2010). **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3ª.ed. São Paulo: Atlas.

AZEVEDO, Dênio. **Turismo e Segurança na Pós -pandemia**: reflexões iniciais. Sergipe Trade Tour. Blogs. Disponível em: <<http://sergipetradetour.com.br/blog/denio-santos-azevedo/post/turismo-e-seguranca-na-pos-pandemia-reflexoes-iniciais>>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

BENI, Mário Carlos. (1998). **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC/SP.

_____. **Gestão do turismo na vida das pessoas, nos ambientes de negócios e nos destinos turísticos**. Youtube. 23 jun. 2020a. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=10etz0Xh5v8>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. **Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 14 (2), p. 1 - 8, maio/ago. 2020b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>>. Acesso em: 21 de junho. 2024.

BERGAMO, Mônica. **Portugal vai exigir teste de covid-19 para voos com origem do Brasil**. Folha de São Paulo. Opinião. Disponível em: <<https://orapois.blogfolha.uol.com.br/2020/06/30/portugal-vai-exigir-teste-de-covid-19-para-voos-com-origem-no-brasil/>>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <https://portal.fgv.br/> >. Acesso em 30 de jun.2023.

HOTELINVEST. Disponível em:< <https://assethotelinvest.com.br/> >.>. Acesso em 30 de jun.2023.

GIL, Gilberto. Tempo Rei. **Álbum Raça Humana**. Rio de Janeiro: Estúdio Nas Nuvens, 1984.

LIMA, Bruna; CARDIM, Maria Eduarda. **Agosto é o mês de picos dos casos de COVID-19 no Brasil, diz OMS**. Jornal Folha de Minas. Nacional. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/07/01/interna_nacional,1161599/agosto-e-o-mes-de-pico-dos-casos-de-covid-19-no-brasil-diz-oms.shtml>. Acesso em: 01 de jul. 2021.

LASHLEY, C. & Morrison, A. (2004). **Em busca da hospitalidade**: Perspectivas para o mundo globalizado. Barueri, São Paulo: Manole.

LOCKWOOD, A. & MEDLIK S. (2003). **Turismo e hospitalidade no século XXI**. Barueri: São Paulo.

MARCONI, M. D. & LAKATOS, E. M. (2003). **Fundamentos de metodologia científica**. (5ªed). São Paulo: Atlas.

MARTINS, G. A. & THEÓFILO, C. R. (2009). **Metodologia da investigação científica para ciências sociais**. (2ª ed). São Paulo: Atlas.

OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. OMT lança diretrizes globais para a reabertura do turismo. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13534-omt-lan%C3%A7a-diretrizes-globais-para-a-reabertura-do-turismo.html>>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

SILVA, J. A. **Organização sócio-espacial do turismo de Aracaju/SE**: a governança como diferencial competitivo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2019.

VIEIRA, E. V. (2004). **Qualidade em Serviços Hoteleiros**: a Satisfação do cliente é função de todos. Caxias do Sul: EDUCS.

Capítulo 4

QUADRILHAS JUNINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA MANTER A TRADIÇÃO

Jorginaldo Calazans dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.

Aracaju – Sergipe

<http://lattes.cnpq.br/2037519056289508>

Flaviano Oliveira Fonseca

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.

Aracaju – Sergipe

<http://lattes.cnpq.br/8077412979072649>

Thaís Danielle de Oliveira Nunes

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.

Aracaju – Sergipe

<http://lattes.cnpq.br/3336646533851141>

Marília Gabriela Santos de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe.

Aracaju – Sergipe

<http://lattes.cnpq.br/1255760629761281>

RESUMO

No Nordeste, as quadrilhas juninas possuem lugar de destaque nos festejos do mês de junho, as apresentações atraem visitantes com o intuito de vivenciar as apresentações, não só apenas assistir. Espalhados pelas principais cidades do nordeste acontecem os concursos e campeonatos de quadrilhas juninas, movimentando aquecendo não só a identidade nordestina, mas também os elementos sociais e econômicos. Desenvolvemos essa pesquisa com o intuito de compreender como as quadrilhas juninas são símbolos da cultura e da identidade dos sergipanos. Adotamos nesta pesquisa uma abordagem teórico-metodológica propícia para tal. Destacamos os autores e teóricos que trabalham com os elementos culturais e que proporcionam uma afirmação cultural e identitária dos sujeitos que as praticam. As investigações bibliográficas basearam-se em artigos acadêmicos, teses e dissertações que dialogam com as categorias analisadas na pesquisa. Percebemos a necessidade e importância dessas manifestações e do olhar das gestões públicas, especificamente da área cultural, para o apoio a essas manifestações. A partir das análises dos referenciais bibliográficos podemos concluir sobre a influência positiva da quadrilha junina para o turismo em Sergipe, uma vez que ela adensa o conhecimento acerca dos aspectos que dão singularidades aos sujeitos, aos seus lugares, às diferentes formas de construção do espaço a partir da subjetividade.

Palavras-Chave: Quadrilhas juninas; Cultura; Identidade; Turismo.

ABSTRACT

In the Northeast, the Juninas squares have a prominent place in the festivities in June, the presentations attract visitors with the intention of experiencing the presentations, not just watching them. Scattered across the main cities in the northeast, competitions and championships for the gangs of June take place, moving not only the northeastern identity, but also the social and economic elements. We developed this research in order to understand how the gangs from Juninas are symbols of the culture and identity of Sergipe people. In this research, we adopted a theoretical-methodological approach that was conducive to this. We highlight the authors

and theorists who work with cultural elements and who provide a cultural and identity affirmation of the subjects who practice them. Bibliographic investigations were based on academic articles, theses and dissertations that dialogue with the categories analyzed in the research. We realized the need and importance of these manifestations and the look of public administrations, specifically in the cultural area, to support these manifestations. Based on the analysis of bibliographic references, we can conclude on the positive influence of the gang of June for tourism in Sergipe, since it increases the knowledge about the aspects that give singularities to the subjects, to their places, to the different forms of construction of the space. from subjectivity.

Keywords: Junine gangs; Culture; Identity; Tourism.

1 Introdução

As quadrilhas juninas são elementos de destaque quando o assunto são as manifestações culturais relacionadas ao período junino. No Nordeste, elas possuem lugar de destaque, chegando a atrair visitantes com o intuito de vivenciar as apresentações nos concursos e campeonatos que acontecem durante todo o mês junino em muitas cidades do Nordeste. Enchem de emoção não só a quem assiste, mas principalmente a quem faz a quadrilha acontecer: quadrilheiros, apoio, organização, direção, logística e tantas outras funções ocupadas por quem realmente tem um sentimento de pertencimento a essas quadrilhas.

Os aspectos culturais e identitários de uma população podem estar relacionados a símbolos, representados por monumentos, complexos arquitetônicos, elementos que simbolizam a história dos lugares, além de eventos artísticos/culturais/religiosos que personificam as raízes culturais e identitárias dos lugares. É nesse contexto que entendemos as quadrilhas

juninas como elemento de representação em todo o Nordeste, especificamente no estado de Sergipe.

Queremos, a partir deste estudo, compreender como as quadrilhas juninas são símbolos da cultura e da identidade dos sergipanos.

Ao falar sobre quadrilhas juninas estamos nos inserindo no “universo” da cultura popular. Tendo isso em mente, devemos adotar uma abordagem teórico-metodológica propícia para tal. Para isso, destacamos os autores e teóricos que trabalham com os elementos culturais e que proporcionam uma afirmação cultural e identitária dos sujeitos que as praticam.

É importante ressaltar que este trabalho é resultado de estudos desenvolvidos a partir de leituras realizadas entre os integrantes que compuseram a equipe da pesquisa, sendo eles: um professor orientador e um coorientador, além de um aluno bolsista e um voluntário. As investigações bibliográficas basearam-se em artigos acadêmicos, teses e dissertações que dialogam com as categorias analisadas na pesquisa. Os trabalhos previamente selecionados pelo orientador da pesquisa eram lidos e debatidos por toda a equipe, o que contribuiu para compor o texto fundante da pesquisa, base dos produtos resultantes.

Além das leituras em textos que dialogam com as categorias cultura e patrimônio imaterial, buscamos trabalhos que caracterizam a importância de ser dos quadrilheiros, tomando como base a percepção dos componentes das quadrilhas desde as pessoas que compõem o apoio, os quadrilheiros, até a equipe de direção, sujeitos essenciais para darem vida a essa importante manifestação cultural, símbolo de alegria e identidade de todos os nordestinos.

Este trabalho trata-se de um recorte da pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), selecionada

pelo EDITAL Nº. 17/2019/PROPEX/IFS. Este programa está vinculado a Pró-Reitoria de Extensão (PROPEX), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

2 Aspectos Culturais

Como já citado, a cultura do lugar consolida-se a partir da repetição de ações/gestos/costumes praticados pelos grupos populacionais residentes em comunidades.

Nesse sentido, utilizamos o pensamento de Laraia (1997), que fortalece o conceito de cultura como um conjunto de valores, crenças, costumes, hábitos e fatores históricos materiais e imateriais que permeiam, de forma dinâmica, a vida social. Ou seja, a cultura é construída ao longo de processos históricos e materiais de um povo, por meio de suas inter-relações e modos de vida.

Essa concepção de cultura é reforçada por Chauí (2007), que entende a cultura como uma instituição social sendo determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização. Desse modo, a cultura é inerente a cada povo, transformando suas experiências tangíveis e intangíveis a partir do trabalho, o qual ultrapassa e modifica algo existente em algo novo. Assim sendo, permite que qualquer povo, independente de suas condições materiais e históricas, tenha uma cultura peculiar.

Os elementos que compõem a cultura dos lugares devem ser tidos como essenciais, pois são eles que irão perpetuar as memórias e consequentemente a alma do lugar, o que não os tornam estáticos. Dialogando com o pensamento de Chauí (2007), a cultura pode sofrer modificações e atualizações ao longo do tempo. Um bom exemplo desse processo

é o objeto da nossa pesquisa, as quadrilhas juninas ao longo dos anos sofreram várias alterações para se adaptarem aos grandes concursos de quadrilhas, mas o que destacamos é a essência da manifestação, esta nunca foi perdida pelo tempo.

Para Canclini (1999, p. 99), as festas populares são entendidas como patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, uma vez que “a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos”.

Portanto, a festa aqui é entendida como elemento que faz parte da cultura de um determinado grupo social ou de um povo que, para Ferreira (2003), traduz-se em um espaço de trocas simbólicas. Isso, porque a festa articula os distintos sujeitos que dela participam.

O ato de festejar e celebrar é parte integrante da dinâmica cultural e religiosa da nossa sociedade, constituindo, assim, componente do nosso imaginário simbólico. Para Peirano (2003), os rituais que envolvem as festas são importantes pelo fato de permitir reflexões sobre o que fundamenta os laços de coletividade de um determinado povo.

Destacamos, em nossa pesquisa, o período junino no nordeste do Brasil, que é inspirado pelos santos da Igreja Católica festejados no mês: Antônio, João e Pedro, coincidindo com o período da fartura nas colheitas, principalmente do milho, peculiares nesse período. Então, é um mês em que se tem muito a festejar-se, refletindo na alimentação, nas vestimentas, no cotidiano da população nordestina.

A festa junina é parte constituinte da cultura desse povo singular. Um dos ritos que adensam os festejos juninos são as quadrilhas juninas que se inserem nesse contexto cultural, em que a sustentabilidade da sua existência está ancorada na tradição, na herança deixada pelos quadrilheiros

para aqueles que estão dispostos a perpetuar o ato de dançar, cantar, vestir, sorrir, construir uma teia de signos e significados que vão configurar-se como elemento simbólico constituinte do lugar.

3 Quadrilha como patrimônio imaterial

O ato de dançar quadrilha é uma das manifestações culturais que se processam no estado de Sergipe, especialmente quando nos remetemos aos festejos alusivos ao ciclo junino que englobam as comemorações envolvendo três santos, comemorados em três datas, a saber: São João (24 de junho), Santo Antônio (dia 13) e São Pedro (dia 29), e que se materializam no cotidiano daqueles que o percebem como elemento identitário, considerando as diversas facetas que caracterizam os festejos em questão. No caso particular, das quadrilhas juninas, é de fundamental relevância considerar que os festejos juninos configuram uma tradição para aqueles que vivenciam experiências e identificam-se com essas comemorações.

É pela dança que os bailarinos (em nossa pesquisa serão chamados de “quadrilheiros”) expõem a sua essência e o orgulho de pertencerem ao grupo que eles representam e, conseqüentemente, tornam-se vitrine para os que lhes veem, apresentações essas, carregadas de emoções e de orgulho de pertencimento.

De modo geral, a cultura traduz a forma de viver do homem e pode ser expressa por meio de diversos elementos, como a literatura, a pintura, a gastronomia, a música, a dança, entre tantos outros, que são manifestações e práticas cotidianas.

As quadrilhas juninas adentram esse conceito como sendo um bem do tipo imaterial, que pertence à cultura e pode propiciar aos participantes

e/ou espectadores algum tipo de satisfação, seja ela cultural, pessoal ou de entretenimento.

Aliadas aos demais atrativos, facilidades e acessibilidades, essas quadrilhas tornam-se, assim, produtos turísticos de tal maneira que as expressões culturais tornam-se atrativos turísticos, seja de forma individual ou como um componente de um produto turístico mais amplo, como é o caso das quadrilhas juninas que, de forma geral, apresentam-se atreladas às atividades relacionadas ao ciclo junino.

Dessa forma, cultura e turismo formam um binômio, pois a cultura sempre estará atrelada ao turismo, sendo elemento deveras motivador para uma viagem a determinado destino.

Por isso, as quadrilhas juninas podem ser entendidas como bens imateriais que se tornam atrativos turísticos no momento em que são instituídas como “elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas, e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar” (Beni, 1998).

4 As quadrilhas juninas e a pandemia

Quem nunca ouviu as expressões: olhe a chuva, é mentira; vamos formar a grande roda; chegou a hora de quebrar o caranguejo. Essas expressões fazem parte de uma das mais importantes manifestações culturais de Sergipe, a quadrilha junina. Tais expressões, citadas acima, somadas ao brilho e colorido dos trajes, ao movimento dos vestidos das quadrilheiras, e a alegria contagiante dos participantes, animam os festejos juninos com tradição, arrasta pé e muita animação.

Pelo segundo ano consecutivo, devido a pandemia da Covid-19, não aconteceu os festejos juninos no formato que estamos acostumados a viver. As entidades de classe definiram da proibição de qualquer manifestação de natureza pública ou privada, em qualquer ambiente, para que se evite o aglomeramento.

Nesses últimos anos o que temos presenciado são apenas as transmissões de shows online, sem a presença de público. Além das manifestações culturais outros elementos desse período sofreram mudanças, a exemplo do comércio de fogos e fogueiras que serão disciplinados e fiscalizados pelos órgãos responsáveis. Em alguns municípios foi decretado a proibição de usos de fogos e fogueira.

Sem festejos, as quadrilhas não têm onde mostrar seu brilho, não há concursos, nem apresentações em festa corporativas de empresas ou em escolas. Neste sentido, o momento em que vivemos da ausência da comemoração dos festejos juninos causam prejuízos não só a economia, mas a cultura de todo o Nordeste.

Os ambulantes, e até mesmo moradores que aproveitavam a época para incrementar a renda com atividades extra, como exemplo da comercialização das bebidas e comidas típicas não terão a quem vender. Infelizmente esse período de distanciamento afetou muito a vida de todo o mundo, não foi diferente com as manifestações culturais, mas com esperança de dias melhores.

Para quem carrega a paixão pelas quadrilhas no peito é difícil passar por esse período sem pensar em tudo que ele representa. Mas, não acomodados muitas estratégias foram desenvolvidas para se manter a tradição viva no coração de quem faz e de quem vive esses festejos.

Muitas parcerias foram firmadas, principalmente com os shoppings das cidades que possuem espaços propícios para a realização de exposição (Imagem 01), possibilitando que os visitantes relembrem um pouco dos trajes que ornaram durante anos as quadrilhas juninas.

Imagem 1 - Cartaz divulgando exposição junina



Fonte: <https://shoppingpeixoto.com.br/exposicao-junina/>

Em seu segundo ano sem os festejos, as quadrilhas juninas buscam estratégias para manter viva a tradição entre os brincantes e os apaixonados pelas quadrilhas juninas. Além das exposições, foi promovida a eleição do casal de noivos onde ganharia o casal que representasse melhor as quadrilhas, dentre outros eventos, tudo sendo transmitido pela internet para todo o mundo.

Entendendo os prejuízos causados no setor econômico, os comerciantes se tornaram parceiros das quadrilhas juninas e passaram a apoiar todas as manifestações promovidas para apoiar a classe. Contribuindo com a montagem das exposições (Imagem 02), realização de *lives* com bandas

juninas, contando sempre com a presença de casais caracterizados com as vestimentas das quadrilhas juninas.

Imagem 2 - Exposição de figurinos das quadrilhas juninas



Fonte: <https://web.arapiraca.al.gov.br/2021/06/figurinos-das-quadrilhas-juninas-viram-pecas-de-exposicao-no-shopping/>

Muitas foram às iniciativas para não deixar se perder a tradição cultural dos festejos juninos no Nordeste, elemento que marcam a nossa identidade e enche de orgulho toda a população. Pois o turismo nesses lugares também foi aferrado, com a diminuição de circulação de pessoas a ausência de renda foi constatada.

5 Considerações Finais

Percebemos a necessidade e a importância dessas manifestações e do olhar das gestões públicas, especificamente da área cultural, para o apoio a essas manifestações. A partir das análises dos referenciais bibliográficos podemos concluir sobre a influência positiva da quadrilha junina para o turismo em Sergipe, uma vez que ela adensa o conhecimento acerca

dos aspectos que dão singularidades aos sujeitos, aos seus lugares, às diferentes formas de construção do espaço partindo da subjetividade.

Referências

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 2. Ed. São Paulo: Senac, 1998.

CANCLINI, Nestor García. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 23, 1999, p. 94 - 115.

FERREIRA, L.F. **O lugar festivo** – a festa como essência espaço-temporal do lugar. Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 15, p. 7-21, jan/jun de 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

PEIRANO, Mariza. **Rituais: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Larissa Ferreira. **As quadrilhas juninas do Ceará nas narrativas dos mestres brincantes: das raízes ao espetáculo turístico**. Mestrado profissional em gestão de negócios turísticos - Universidade Estadual do Ceará, 2019.

Capítulo 5

VIAGENS TURÍSTICAS, CANCELAMENTOS, DIREITOS E ALTERNATIVAS NO CONTEXTO PÓS- PANDEMIA

Flaviano Oliveira Fonseca³ Claudia de Oliveira Fonseca⁴

RESUMO

Essa reflexão está pautada na importante discussão que foi empreendida a respeito dos ajustes necessários diante do cancelamento de viagens que estavam agendadas no início do período de crise sanitária vivenciado mundialmente desde o final do ano de 2019. Muitas discussões surgiram diante do fechamento de fronteiras, que impossibilitavam as viagens internacionais e, também, quanto à interrupção de viagens dentro do próprio país, face ao agravamento da crise de saúde pública, em decorrência da pandemia de COVID-19. A questão central desse estudo gravita em torno da solução apresentada aos consumidores que já se encontravam com viagens agendadas e pagas, com vista a garantir o acesso aos valores previamente desembolsados e pagos aos fornecedores de produtos e serviços, face à emergência de saúde pública. Importa ainda destacar o impasse de salvaguardar o equilíbrio e a sobrevivência das empresas do setor de turismo, segmento importante para a geração de emprego, renda, prestação de serviços e fundamental para o desenvolvimento de um país face ao

3 Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS, Universidade de Brasília (UnB). Membro Permanente do Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professor Nível D4, EBTT. Diretor da Pós-Graduação IFS, 2012-2013, portaria n.0911, de 08 de maio de 2012.

4 Professora Assistente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutoranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Advogada.

direito dos consumidores, que já tinham realizado reservas de passagens aéreas e hospedagem. Assim, o presente estudo revela o caminho percorrido diante da urgência em encontrar uma alternativa capaz de garantir o respeito aos direitos dos envolvidos, a partir da análise dos dispositivos da legislação aprovada nesse contexto de crise sanitária. Com a pesquisa chegou-se à conclusão que as normas aprovadas tinham a intenção de alcançar um razoável equilíbrio ao preservar os interesses das duas partes envolvidas nessa relação jurídica: por um lado, proteger a boa saúde financeira das empresas do setor de turismo e hospedagem e, por outro lado, salvaguardar os direitos dos consumidores que já tinham antecipado total ou parcialmente o pagamento por seus pacotes de viagem.

Palavras-chave: Turismo; Direito; Viagens; Pandemia; Consumidor.

ABSTRACT

This reflection is based on the important discussion that was undertaken regarding the necessary adjustments in view of the cancellation of trips that were scheduled at the beginning of the period of health crisis experienced worldwide since the end of 2019. Many discussions arose in view of the closing of borders, which made international travel impossible, as well as the interruption of travel within the country itself, given the worsening public health crisis, as a result of the COVID-19 pandemic. The central question of this study revolves around the solution presented to consumers who already had scheduled and paid trips, in order to guarantee access to amounts previously disbursed and paid to suppliers of products and services, in the face of the public health emergency. It is also important to highlight the impasse of safeguarding the balance and survival of companies in the tourism sector, an important segment for the generation of employment, income, provision of services and fundamental for the development of a country in the face of consumer rights, which had already airfare and accommodation reservations. Thus, the present study reveals the path taken in the face of the urgency of finding an alternative capable of guaranteeing respect for the rights of those involved, based on the analysis of the provisions of the legislation approved in this context of health

crisis. With the research, it was concluded that the approved rules were intended to achieve a reasonable balance by preserving the interests of the two parties involved in this legal relationship: on the one hand, protecting the good financial health of companies in the tourism and accommodation sector and, on the other hand, to safeguard the rights of consumers who had already fully or partially paid in advance for their travel packages.

Key words: Tourism; Rights; Trips; Pandemic; Consumer.

1 Introdução

Uma experiência singular. É assim que se pode definir a crise sanitária mundial que impactou e ainda afeta diversas áreas da vida humana. Iniciada na cidade de Wuhan, na China, no final do ano de 2019, a situação de emergência sanitária alcançou proporções inimagináveis, afetando o mundo inteiro, gerou medo, insegurança e espalhou o terror da morte para todo lado.

Nunca se poderia imaginar esse ambiente típico de guerra, diante da tamanha força destrutiva do vírus, capaz de alcançar, rapidamente, grande proporção, levando a um cenário desolador e preocupante.

Desde o avanço da ciência com a descoberta das vacinas não se imaginava vivenciar um cenário desses. Uma doença que avançava rapidamente, com grande poder letal, totalmente desconhecida dos cientistas e para a qual se tinha urgência de um imunizante que pudesse apresentar um patamar de eficácia capaz de conter o cenário de destruição causado pelo novo coronavírus.

Os cientistas pararam todas as suas demais atividades para pesquisarem sobre o novo imunizante. Relatos revelaram que inúmeros

estudiosos da área médica dedicaram-se em tempo integral durante todo o período de agravamento da pandemia com o único objetivo de colocar à disposição da população a tão esperada vacina.

O mundo inteiro foi atingido pelo terror e destruição causados pela pandemia. Uma ajuda importante veio com a ampla divulgação das medidas adotadas pelos países primeiramente atingidos pela infecção, com o propósito de evitar a disseminação do contágio.

O caminho a seguir deveria ser adotar o que deu certo nos países inicialmente atingidos pela doença e descartar as práticas equivocadas, que não trouxeram benefício.

Nesse propósito, foi amplamente divulgado que a possibilidade de redução da contaminação se tornava mais eficaz com a utilização de equipamentos de proteção e o distanciamento físico, de modo a evitar agrupamento de pessoas e, assim, frear a onda de contaminação.

Enquanto os cientistas mundo afora se dedicavam às pesquisas para aprovação de um imunizante capaz de controlar essa situação que se mostrava totalmente descontrolada, a pandemia não cessava e, durante muito tempo, foi possível ver as contaminações em curva ascendente, ampliando o desespero coletivo. À medida que a pandemia persistia, foi necessária a adoção de medidas rigorosas na tentativa de salvar vidas.

Nessa perspectiva vários países adotaram o fechamento de portos e aeroportos, com o propósito de minimizar a movimentação de pessoas e, assim, conseguir controlar o avanço do vírus. Entre essas medidas a necessidade de redução do contato entre as pessoas, como forma de frear as contaminações, levou à adoção de medidas rigorosas de distanciamento: atividades educacionais desenvolvidas de maneira remota, interrupção

na continuidade de atividades econômicas consideradas não essenciais, opção pelo *home office*, entre tantas outras.

No Brasil a adoção dessas medidas acarretou sérias dificuldades financeiras para as pessoas que atuam no setor de fornecimento de produtos e prestação de serviços e outros tantos enquadrados nessa categoria. Nesse ponto, as atividades de turismo foram frontalmente atingidas, uma vez que as viagens precisaram ser interrompidas, face ao agravamento do risco de contaminação.

A interrupção das viagens de lazer, de trabalho ou com outras finalidades, gerou a um só tempo, grandes perdas financeiras para aqueles que atuam no setor de turismo e, também, problemas para os consumidores, os quais experimentaram inúmeras dificuldades relacionadas à proteção dos seus direitos face à necessidade de reagendamento ou, até mesmo, o cancelamento das viagens já programadas, remarcação das hospedagens já pagas, entre outros dissabores.

Seja pelo fato de alguns países terem fechado as suas fronteiras, impossibilitando a realização das viagens internacionais já programadas, seja a desistência de prosseguir com as viagens anteriormente previstas, diante do medo de contaminação durante as viagens e no local de destino, tudo isso gerou uma crise no setor de prestação desses serviços.

Como seria possível adequar os interesses em conflito: como fazer o cancelamento da viagem sem perder os valores que já tinham sido pagos aos fornecedores de produtos e serviços? E, por outro lado, na hipótese de cancelamento total das reservas já efetuadas com o reembolso do valor pago, como o setor de prestação desses serviços poderia sobreviver durante a pandemia, garantindo a manutenção dos empregos de seus

colaboradores? Sem dúvida, qualquer passo equivocado poderia ser muito desastroso para a sobrevivência das empresas ligadas às atividades de turismo.

Com o propósito de evitar a ruína no setor de turismo era urgente encontrar uma alternativa capaz de atender aos dois lados dessa equação: respeitar os direitos dos consumidores, mas sem causar prejuízos irreparáveis ao desenvolvimento das atividades econômicas do setor de turismo. A edição da Medida Provisória nº 948 no mês de abril de 2020 e a sua posterior conversão na Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020 tiveram o claro propósito de conferir a sobrevivência das empresas desse setor da economia durante o período pandêmico.

Com o presente estudo pretende-se fazer uma análise desse cenário e um breve comentário dos referidos diplomas normativos para melhor compreender o caminho escolhido para, simultaneamente, fazer prevalecer o respeito dos direitos do consumidor e a preservação da vida das empresas do setor turístico, atividade extremamente relevante para o desenvolvimento econômico.

2 Métodos e Materiais

O aporte metodológico utilizado para o presente estudo foi do tipo exploratório/descritivo amparada na investigação bibliográfica e documental. Para a investigação bibliográfica adotou-se a análise de obra jurídica que relacionado ao direito consumerista. Para a realização da pesquisa documental foram utilizados instrumentos normativos editados com a finalidade específica de regulamentar as relações de consumo no setor de turismo, disciplinando os direitos e deveres do consumidor e

fornecedor de produtos e serviços, que já tinham sido contratados pelos consumidores e que seriam realizados durante o período que foi decretada a crise sanitária. Para tanto, a análise foi pautada no estudo da Medida Provisória nº 948, publicada em abril de 2020 com o objetivo de disciplinar o cancelamento de serviços, reservas e eventos no setor de Turismo e Cultura, posteriormente convertida na Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020, que também será objeto de análise. A aprovação dos referidos diplomas normativos teve o claro propósito de equilibrar os direitos e deveres das partes envolvidas nessas relações jurídicas de consumo, disciplinando o adiamento e /ou o cancelamento de serviços, reservas e eventos das áreas de turismo e de cultura, que não poderiam ser mantidos da forma que foram inicialmente contratados.

3 Análise Jurídica na Perspectiva da Discussão

Desde o início do ano de 2020 que um cenário desafiador se instalou no Brasil: a pandemia do coronavírus, alterando profundamente a vida das pessoas. Como já foi argumentada, a pandemia teve início no final de ano de 2019 na China e foi se espalhando para os demais países, acarretando uma série de perdas inimagináveis.

Com a vida humana ameaçada, face ao número crescente de contaminações, era preciso saber driblar esse inimigo desconhecido. Uma das alternativas adotadas foi o distanciamento social, na tentativa de frear o avanço da doença. Embora se tratasse de medida essencial para preservar a vida, o distanciamento social gerou inúmeras implicações para as atividades econômicas, de modo geral e, em especial, para as atividades turísticas.

Se antes da pandemia era absolutamente normal que as pessoas organizassem suas finanças com o propósito de fazer uma ou mais viagens ao longo do ano, em um período pandêmico que sentido faria arriscar a própria vida, mantendo uma viagem diante da rápida elevação do número de contaminações por uma doença nova, cujo tratamento ainda era desconhecido para os profissionais da área médica? Esse cenário se mostrava desastroso para as atividades turísticas.

Sem dúvida, o turismo sofreu um grande impacto com as medidas que se mostraram necessárias durante o período da pandemia. Tanto o turismo doméstico quanto o turismo internacional foram severamente atingidos, face à política de fechamento das fronteiras. Essa medida foi adotada por muitos países por acreditarem que ao reduzir o número de viajantes estrangeiros circulando em seu território, principalmente viajantes oriundos de países gravemente afetados pela desconhecida doença, o risco de contaminação poderia diminuir.

Além dessa política adotada por alguns países em relação aos viajantes estrangeiros, também o turismo interno foi atingido gravemente, tendo em vista a preocupação crescente com o risco de contaminação, fazendo com que inúmeras pessoas pleiteassem o cancelamento ou remarcação de viagens já programadas.

Uma alternativa para melhor equacionar esse problema veio com a Medida Provisória nº 948 editada pelo governo Federal em abril de 2020 para disciplinar o cancelamento de serviços, reservas e eventos no setor de Turismo e Cultura. A intenção era minimizar os prejuízos para os prestadores desses serviços, enquanto se aguardava a cessação da crise sanitária.

A Medida Provisória nº 948, editada pelo governo brasileiro, mostrou-se oportuna para solucionar os impasses advindos das relações jurídicas de consumo. O seu objetivo foi regulamentar as relações

contratuais previamente ajustadas entre consumidor e fornecedor de produtos e serviços que, diante da gravidade revelada pela pandemia e devido ao enorme risco de contaminação, já não tinham interesse em manter as viagens como tinham sido, inicialmente, contratadas.

Naquele momento, sem dúvida, a publicação de uma norma regulamentadora para essa situação representou uma garantia para as empresas do ramo turístico no que diz respeito ao não cancelamento dos pacotes de serviços contratados, assegurando a continuidade da prestação do serviço em momento mais oportuno; significou também um aceno para os consumidores, que poderiam remarcar as suas viagens para um momento mais adequado, sem prejuízo dos valores já investidos, diante do inimigo desconhecido, ainda sem um imunizante capaz de garantir segurança às pessoas. Essa situação, nos dias de hoje, com o advento das vacinas, já se encontra sob controle, com as pessoas retomando gradativamente as suas viagens de acordo com os seus diversos interesses.

Naquele momento, a previsão contida na Medida Provisória nº 948 quanto à possibilidade de o consumidor pleitear o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos já contratados era que não se poderia exigir do prestador desses serviços o reembolso dos valores inicialmente dispendidos no momento da contratação, conferindo ao fornecedor a possibilidade de adotar uma das seguintes hipóteses: a) assegurar a remarcação dos serviços, reservas e eventos cancelados; b) garantir a disponibilização do crédito para uso ou abatimento na aquisição de outros serviços oferecidos pelo mesmo fornecedor; c) apresentar outra possibilidade de acordo, a ser formalizado com o consumidor.

Conforme previsão do ordenamento jurídico brasileiro contido no artigo 62 da Constituição, é permitido ao Chefe do Executivo editar medidas

provisórias, com força de lei, em caso de relevância e urgência, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Foi nesse sentido que a urgência de uma regulamentação para essa situação ensejou a edição da MP, a qual para se transformar em lei, deveria ser submetida à apreciação do Poder Legislativo.

Assim, conforme previsão constitucional, durante o seu prazo de vigência, a Medida Provisória nº 948 foi submetida à apreciação do Congresso Nacional, tendo sido aprovada e convertida na Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020.

Como previsto na norma jurídica a alternativa encontrada foi a busca do consenso entre consumidor e fornecedor. Ficou estabelecido que o consumidor teria a garantia de posterior utilização desse crédito pago às empresas no momento da contratação dos pacotes de viagem. Assim, em momento posterior, que lhe fosse mais oportuno e seguro, o consumidor teria acesso ao valor que tinha pago antecipadamente, situação que já se pode constatar no momento atual. Na hipótese de não ser alcançado o acordo entre as partes, a previsão normativa é que o prestador de serviços deveria efetuar o reembolso do valor recebido, atualizado monetariamente, dentro do prazo de doze meses, contados a partir do encerramento do estado de calamidade.

A conversão da Medida Provisória (MP) em Lei não alterou muito os contornos inicialmente definidos pela MP. Mas é possível perceber uma alteração fundamental na nova lei quando ela traz a previsão que o reembolso acima mencionado só deve ocorrer se for impossível para o fornecedor a remarcação do serviço ou a disponibilização do crédito. É fácil compreender a justificativa para essa previsão legislativa: não gerar um impacto ainda maior sobre o fornecedor de produtos e serviços, priorizando a remarcação do serviço ou a disponibilidade do crédito para utilização

pelo consumidor em momento posterior, em detrimento do reembolso do valor já recebido.

Essa nova regra chamou a atenção dos juristas, que a criticaram por entenderem que houve um tratamento benéfico do fornecedor em detrimento do consumidor, gerando um desequilíbrio na relação de consumo. Nesse sentido, apontam que a norma violou a previsão contida no artigo 6º, I do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que estabelece no rol de direitos básicos do consumidor “a proteção da vida, saúde e segurança”, uma vez que a manutenção das viagens durante o curso da pandemia colocaria em risco a vida e a saúde do consumidor.

Além da violação à norma consumerista, afirmam também que o legislador não observou a regra expressa do ordenamento jurídico brasileiro da qual emana que o risco pelo exercício da atividade econômica deve ser suportado por quem a exerce, no caso, o fornecedor dos produtos e serviços.

Olhando essa normatização hoje, após mais de dois anos de pandemia, não se pode negar que adotar medidas para evitar a ruína das empresas de turismo foi uma decisão acertada. É inegável que houve prejuízo para o consumidor, uma vez que inúmeras pessoas perderam os seus empregos, comprometendo a fonte de renda e, portanto, esse valor que seria destinado para uma viagem que já não estava mais nos planos do viajante, certamente, seria direcionado para essas outras demandas.

Por outro lado, a sobrevivência de inúmeras empresas relacionadas ao turismo e a manutenção dos empregos dos seus colaboradores dependia da manutenção desses contratos que já tinham sido celebrados, de modo a evitar um impacto ainda mais acentuado sobre a renda das empresas e dos seus funcionários, daí a necessidade de uma normatização que fosse capaz de trazer o equilíbrio necessário que a situação exigia.

Como se está argumentando, importa destacar mais uma vez que o setor turístico empenhou-se ao máximo por encontrar alternativas viáveis para a consecução dos seus negócios e que pudessem alinhar bem o estrito rigor das normas de segurança sanitária ao desenvolvimento socioeconômico para o setor. Com vistas a garantir esse binômio segurança-desenvolvimento econômico, a Organização Mundial do Turismo publicou, à época, um documento com recomendações fundamentais para um reinício seguro e sustentável para o *trade turístico*, como veremos a seguir.

4 Turismo de negócios e de Lazer seguro e sustentável no contexto da pandemia

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou à época que seria improvável a erradicação do novo coronavírus em tempo inferior a dois anos, ao tempo em que eram reduzidas as expectativas em torno de uma vacina eficaz capaz de combater a SARS-CoV-2 em escala universal/global antes de 2022. Diante daquelas expectativas, logo no início da pandemia já se mostrava urgente pensar alguma alternativa que fosse capaz de assegurar a proteção dos direitos dos consumidores dos serviços de turismo sem representar risco à sua integridade sanitária, física ou social, tendo em vista o agravamento da pandemia.

Para responder a esse desafio imperativo, à época a *World Tourism Organization* (WTO/OMT), publicou no dia 28 de maio de 2020 um documento intitulado *Global Guidelines to Restart Tourism* com um conjunto de diretrizes capazes de guiar uma retomada das atividades do segmento e que tal reinício seja: seguro e sustentável. Esse trabalho foi realizado em

consulta com o Comitê Global de Crise do Turismo. O objetivo final implicava: apoiar os governos, alinhar o setor privado na resposta à crise e restaurar a confiança dos viajantes por meio de protocolos de segurança.

Seguindo essa linha de raciocínio, a OMT analisou que o ano de 2020 foi uma experiência catastrófica para o setor, devido a pandemia provocada pela COVID-19. De fato, conforme o documento da OMT (2020), as restrições de viagens provocaram queda de 97% no movimento de turistas internacionais no mês de abril, após uma retração de 55% em março do ano em análise. Com isso, a perda para o setor acumulou a cifra de aproximadamente 195 bilhões de dólares (1,03 trilhão de reais) em moeda nacional.

Com isso, evidenciou-se o esforço da OMT que, sem delongas, entrou em ação com orientações globais para direcionar as novas práticas, visando reatar a confiança e promover um reinício seguro e sustentável ao turismo. O documento em análise propôs investir em valores e virtudes inerentes à atividade turística, tais como: solidariedade, confiança, resiliência, sustentabilidade, segurança, responsabilidade, dentre outros.

Com a perspectiva e a progressiva de retomada ao trabalho das atividades turísticas, hoje leva-se muito em consideração a influência da mídia na autoestima tanto dos trabalhadores da área, quando das pessoas que voltaram a viajar. Para inverter a sensação de insegurança de forma constante no cotidiano das pessoas, as campanhas têm sido bastante incisivas e veementes na ideia de retorno à normalidade sem medo, mas com total e irrestrito seguimento aos protocolos de segurança, tendo presente não descuidar do imperativo de proteção da vida, saúde e segurança disposto no Código de Defesa do Consumidor no artigo 6º, I, como mencionado anteriormente e, no caso em questão, no contexto das imposições da pandemia.

5 Considerações Finais

Embora não tenha sido decretado o fim da pandemia, uma vez que ainda há riscos graves para muitos indivíduos, entretanto, a gestão e a governança do turismo neste tempo de transição – ainda não totalmente de pós-pandemia – estão sensivelmente reinventadas, pois sem tal postura não é possível falar em turismo seguro. Para tanto, a gestão tem feito um esforço muito intenso e se mostrado afeita e garantidora dos direitos das partes envolvidas quais sejam: o turista e os negócios turísticos, pois não se pode tratá-los em separado, antes ao contrário, são as duas faces de uma mesma moeda.

No que pese a acentuada crítica de parte da doutrina consumerista brasileira no que diz respeito à legislação aprovada com a intenção de disciplinar aquele momento de acentuada crise sanitária, face ao entendimento de um prejuízo suportado pelo consumidor uma vez que não era permitido o reembolso dos valores pagos por uma contratação que não poderia ser usufruída de imediato, não se pode negar que a legislação teve singular importância para minimizar os prejuízos para os fornecedores de serviços e pacotes turísticos, evitando um prejuízo sem precedentes nesse setor, reduzindo, significativamente, o número de empresas que seriam obrigadas a encerrar a sua atividade econômica, e impondo mais desempregos à população.

Olhando com cautela para as medidas adotadas, é possível reconhecer a importância da norma jurídica aprovada, que apesar de não ter sido objeto de comemoração por muitos consumidores e estudiosos do direito do consumidor. Certamente, tal procedimento buscou preservar o equilíbrio das relações de consumo, preservando os interesses das duas partes envolvidas nessa relação jurídica.

Assim, com o olhar voltado para as duas partes da relação jurídica de consumo, a legislação buscou, a um só tempo, garantir que o consumidor pudesse usufruir de seu pacote turístico já contratado, em momento que as condições sanitárias assim permitissem, e, por outro ângulo, viabilizar a sobrevivência de inúmeras empresas ligadas ao setor de hotelaria e turismo, durante o período pandêmico.

Respeitando todos que se sentiram prejudicados e todos aqueles que visualizam um prejuízo insuportável para o consumidor, não se pode negar que essa foi a opção mais sensata, diante de uma situação inusitada, que exigiu e ainda exige, em certa medida, o cumprimento de medidas de proteção social.

Por fim, embora a questão da pandemia não esteja totalmente resolvida, é inegável que desde o começo do processo de imunização a situação foi se modificando, proporcionando maior segurança às pessoas no que diz respeito à tomada das viagens profissionais e de lazer.

Referências

BENI, Mário Carlos. (1998). **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC/SP.

_____. Gestão do turismo na vida das pessoas, nos ambientes de negócios e nos destinos turísticos. Youtube. 23 jun. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=10etz0Xh5v8>. Acesso em 25 jun. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 948 de 8 de abril de 2020. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, 08 de abril de 2020, p. 01.

BRASIL. Lei nº na Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020. Conversão, com alteração, da Medida Provisória nº 948 de 8 de abril de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de agosto de 2020, p. 04.

GARCIA, Leonardo. (2020). Código de Defesa do Consumidor Comentado artigo por artigo. 15ª edição revista, atualizada e ampliada. Salvador, Editora Juspodivm.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>>. Acesso em 30 de Ago. de 2023.

OMT/ UNWTO. Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Disponível em <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias-observatorio-do-coronavirus/>. Acesso em 12 de Set. de 2023.

WTO- World Tourism Organization. Global Guidelines to Restart Tourism. Disponível em: <https://omtglobal.com/>. Acesso em 30 de Ago. de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme previsto no prefácio aqui tratou-se de tornar público uma coletânea de trabalhos produzidos em perspectivas diferentes e em épocas igualmente distintas, entretanto, como se trata de trabalho de pesquisa em um campo do conhecimento que muito carece de pesquisas no intuito de consolidar o próprio turismo como uma ciência robusta e na contemporaneidade então essa publicação se mostra bastante razoável e oportuna. Ou seja: cumpre com o seu papel de disseminar e permitir o acesso a mais pesquisas para os estudiosos e para a comunidade em geral.

SOBRE O AUTOR

O professor Flaviano Oliveira Fonsêca, PhD in PHILOSOPHY (UFPB/2009), Master in Sustainable Development University of Brasília, (UnB/2002). Graduated in Philosophy, UECE; Teólogo, ITI, BA, (1991). Degree in Literature UESB, 2002. Researcher/CNPq, in Ethics and Political Philosophy, UFPE. Member of the Professional Master's Degree in Tourism (PPM-TUR), IFS. Tourism Research Group, IFS, Research line Technological Education, Tourism and Society. Líder do Grupo de pesquisa: Turismo, Sociedade e Inovação. Diretor da Pós-Graduação IFS, 2012-2013, portaria n.0911, de 08 de maio de 2012.

Atualmente em estágio pós-doutoral em Portugal, no Instituto Politécnico do Porto com supervisão da Prof^a. Dra. Fernanda Amélia Fernandes Ferreira. Licenciado em Filosofia UCSal/UECE; Bacharelado em Teologia em Ilhéus/BA, Especialista em Teologia Sistemática no ISE - Instituto Santo Inácio em Belo Horizonte. Estudou Letras na USB onde cursou a Especialização em Comunicação Social/Jornalismo.

Nascido em Sapeaçu/Recôncavo da Bahia, onde cursou o Ensino Fundamental e obteve o ensino médio no Colégio Santo Antônio em Feira de Santana/BA. Profissionalmente exerceu a docência em Filosofia, Ética e Metodologia Científica Aplicada nas ciências Humanas e nas Ciências Sociais (Turismo e Antropologia) nas seguintes Instituições: Professor Substituto na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e na Universidade Federal de Sergipe, Professor Efetivo na Universidade Tiradentes/ SE e na Faculdade Sergipana (UNIP). Atuou também como professor e coordenador do Instituto Propedêutico à Filosofia do Seminário Seráfico dos

Capuchinhos em Vitória da Conquista de 1993-1998. Docente do Instituto de Filosofia N. Sra. das Vitórias, Arquidiocese de Vitória da Conquista/BA; Instituto de Filosofia da Arquidiocese de Aracaju/SE, 2012-2019. Orientou mais de 100 trabalhos incluindo: Dissertação de Mestrado, Especialização, TCC e monografias em cursos livres de Filosofia. Publicou 3 (três) livros vários capítulos de livro e inúmeros artigos em revistas especializadas de Filosofia e Turismo. É membro do CEP (Conselho de Ética em Pesquisa) / IFS. Coordenou programas de ressocialização de adolescentes em risco pessoal e social, “Projeto do Pequeno Ofício” em Vitória da Conquista, de 1995 a 2000. É Professor efetivo do na cadeira de Filosofia no IFS.

Às vezes, sem saber filosofamos ao nos perguntarmos: o que fazer? Como fazer? O que nos resta esperar? O Turismo é um tipo de resposta para a nossa condição existencial e circunscreve muitas dimensões do humano: qualidade de vida, saúde, estética, pesquisa, emprego, renda, pesquisa, sustentabilidade entre outras. Outra questão com a qual nos deparamos é a problemática do(s) método(s) de pesquisa em turismo. Aqui não tem resposta, apenas a constatação da dificuldade de quão desafiadora é a tarefa na busca de caminhos metodológicos. Respondendo aos apelos de ordem sociais e ambientais podemos dizer que quando o turismo segue as prerrogativas do socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável ele justifica a si mesmo e isso vale tanto para o turismo outdoor (praticado ao ar livre e em ambientes naturais), se tratando propriamente de espaços green/blue (matas/nascentes, rios, cachoeiras, etc), quanto para o turismo convencional praticado in door. Este trabalho aglutina capítulos bastante variados ao reunir trabalhos inéditos e trabalhos publicados mundo a fora. Agora, reunidos em um só lugar o leitor pode ter acesso a um pouco das reflexões que temos desenvolvido nos últimos tempos especialmente sobre o turismo. Devo registrar que o fato de ser membro fundador do Primeiro Mestrado Profissional em Turismo do Nordeste, IFS/PPMTUR e colaborando desde a sua fundação em 2016, na cadeira de Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Turismo foi a principal motivação desta escrita e, com isso, deixar para o público uma pequena parte dos estudos que desenvolvi ao longo desse período. Destaco ainda que, o meu objetivo ao produzir “ciência” em Turismo não foi um ato solitário, antes ao contrário, pautei as minhas reflexões sempre submetendo-as ao escrutínio do saber e da sabedoria dos colegas. Neste sentido, os capítulos deste livro colheram a opinião generosa de colegas do PPMTUR, do Instituto Politécnico do Porto, Portugal e de alunos em Turismo.



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



DIPUB
Diretoria de Unidades
Informacionais e Publicações



EDITORA
IFS